

MARIA ERCILIA DO NASCIMENTO

A ESTRATÉGIA DA DESIGUALDADE

O MOVIMENTO NEGRO DOS ANOS 70

Dissertação apresentada como exigência parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob
a orientação do Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo
1989

T
181

RESUMO

A pesquisa 'A Estratégia da Desigualdade: O Movimento Negro dos Anos 70', tem por objetivo trabalhar com a dinâmica de constituição do Movimento Negro do período. Através do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, futuro Movimento Negro Unificado, lideranças e militantes negros vão tentar a reorganização da luta racial, contando com alguns fatores positivos e que, em certo sentido, impulsionam sua presença no cenário político. O projeto de abertura 'lenta e gradual' patrocinado pelo governo Geisel, o avanço democrático oriundo da sociedade civil, e os movimentos populares, vão possibilitar ao Movimento Negro, espaço necessário para discutir e colocar problemas que dizem respeito à sua especificidade. Transitando entre um pólo de caráter acentuadamente cultural e uma corrente gestada no interior da esquerda, o Movimento Negro, desde 1974, ensaia seus primeiros passos.

A partir desta data, e até os anos 1980/1981, ele enfrenta dificuldades relevantes, entra em contato com grupos e organizações e deixa claro que a afirmação da etnicidade negra será um dos seus pontos de luta. Por não ser um bloco homogêneo o Movimento Negro Unificado comporta uma pluralidade de correntes e opiniões, que lutam pela hegemonia política e pela disputa do poder. Apesar de ter conseguido, em determinado instante, avançar propostas e discussões em torno da luta racial, o MNU não é capaz de sustentar a unidade das diversas associações e entidades que o compõe.

Ele, gradativamente, terminará perdendo sua força e hege

monia. Estas considerações sugerem que quando a luta pelo reconhecimento da etnicidade, tomada como um dado em si, tende à desprender-se do conjunto mais amplo das lutas sociais, ela corre o risco de favorecer o aparecimento de pequenos 'guetos'. Buscando, cada vez mais, explicações e razões para a afirmação da identidade e da autenticidade, o MNU termina se sobrepondo aos movimentos que buscam questionar e alterar os problemas sociais.

"Eu, homem de cor, só quero uma coisa:
Que jamais o instrumento domine o homem.
Que cesse para sempre o domínio do homem
pelo homem. Ou seja, de mim por um outro.
Que me seja permitido descobrir e amar o
homem onde quer que ele se encontre.
O Negro não é. Não mais que o Branco".

FRANTZ FANON

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
1. TEORIZAÇÕES	
1.1. Teoria X Prática: Considerações Preliminares.....	16
1.2. Os Limites Necessários.....	22
1.3. As Relações Raciais: Avanços e Críticas.....	37
1.4. A Cultura Afro-Brasileira: A Visão de Muniz Sodré.....	47
2. RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS	
2.1. Rebeliões e Revoltas.....	56
2.2. São Paulo e os Movimentos Sociais no Meio Negro.....	59
2.3. Passado e Presente: A Frente Negra Brasileira.....	67
2.4. Ideologia Negra: 'Raça', 'Negro', 'Negritude'.....	75
3. NEGRITUDES	
3.1. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial: Razões e Explicações.....	87
3.2. As Entidades Culturais e o Movimento 'Black Soul'.....	90

3.3. Papel e Força de um Momento Conjuntural na Crise do . Milagre Brasileiro.....	100
3.4. O Movimento Negro Unificado e o Afro-Latino-América...	105
3.5. Estratégias e Táticas.....	112
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 121
 BIBLIOGRAFIA.....	 128

INTRODUÇÃO

A perspectiva de 'A Estratégia da Desigualdade: O Movimento Negro dos Anos 70' não é descrever ou analisar, em termos imparciais, a tentativa do Movimento Negro em abrir espaço político e se impor frente aos outros movimentos sociais, que, ao lado dos partidos e dos sindicatos, buscam reorganizar a democracia em consequência de sua desestruturação pelo Golpe Militar de 1964.

O trabalho não é imparcial porque dificilmente qualquer pesquisador deixaria de ser tocado pela incontestável realidade do preconceito e da discriminação, presidindo as relações entre negros e brancos. Explicado e justificado através de pensamentos originários das elites, o imaginário brasileiro sobre sua composição étnica segue o curso histórico, dando a impressão que poucas são suas alterações. Ideal de branqueamento e mito da democracia racial afirmam-se na crença de uma escravidão mais branda e na existência de um senhor bondoso, nas vantagens da miscigenação e no próprio desejo do segmento negro se embranquecer. Querendo ser civilizado o Brasil formula seu ideal de progresso, supondo que através de etapas sucessivas, o cruzamento entre negros/inferiores e brancos/superiores poderia — no tempo — levar ao total desaparecimento da população negra.

Para os sujeitos, alvos da discriminação, não resta apenas aprender a difícil sobrevivência em uma sociedade que preferir, claramente definida, a linha que demarca o lugar de negros e brancos. Sabedores dos limites impostos pela dominação econômica e social, e pelo preconceito que percorre a escravidão e penetra

a constituição da sociedade de classes, a população negra forja um surdo processo de resistência. Ele não se refere somente ao período em que impasses da ditadura militar, por um lado, e a intensa mobilização da sociedade civil, por outro, possibilitaram a reorganização do Movimento Negro, mas diz respeito a história negra em sua totalidade. Em outras palavras, a resistência vai ser o lado oposto da história da dominação e da opressão da qual foram alvo negros escravos, hoje transmutados em cidadãos livres.

A literatura especializada parece encontrar dificuldades para detectar, não apenas, as causas do preconceito e da discriminação atribuindo-lhes, em alguns casos, um caráter social e não racial, bem como em estabelecer parâmetros mais definitivos sobre as consequências da permanência do racismo no interior da sociedade. No entanto, não há dúvidas, como insistem Fernandes e Ianni entre outros, a democratização da sociedade brasileira passa pela democratização de suas relações raciais¹.

O Movimento Negro põe em causa a consolidação democrática; herdeiro de uma história passada tenta fazer da conjugação racismo e exploração capitalista o eixo de um discurso político com cores próprias. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, futuro Movimento Negro Unificado, representa este instante de avanço da luta negra onde condições conjunturais, visivelmente favoráveis, permitiram que correntes e tendências de esquerda tentassem reordenar o discurso e a prática políticos vigentes até então.

Ele não se constrói hegemonicamente e em seu interior vários são os grupos em busca do controle político. Vale dizer, a singularidade do MNU pode ser detectada por meio de um processo em que determinada correlação de forças, com predominância de es-

querda, obteve êxito. Mais do que saber em que momento ou por meio de quais tendências ou grupos o MNU se articulou e se organizou, para ser porta-voz das reivindicações da população negra nos anos 70, a pesquisa procura, em termos indicativos, refletir sobre as dificuldades encontradas na constituição de um movimento social de caráter étnico. Dito de outra maneira, o interesse maior foi verificar em que barreiras ainda esbarra a etnicidade quando ela busca se afirmar politicamente.

O MNU foi privilegiado como o organismo que reuniu condições específicas de análise; a dinâmica de outras entidades, associações e correntes pôde ser investigada a partir de uma organização determinada, isto é, aquela que centralizou os avanços políticos e ideológicos daquele momento.

O período compreendido entre 1975/1980 apresenta-se pleno de significações: 1975 marca o início da reorganização da sociedade brasileira em direção à democracia, sendo que do ponto de vista da população negra aquela data pode ser tomada como parâmetro do crescimento quantitativo de suas entidades culturais: crescimento que, não sendo apenas numérico, redonda em 1978 na criação do MNU. O ano de 1980 assinala o início de uma fase de auto-críticas e revisões, na qual o Movimento sofre as consequências de uma série de problemas internos, advindos das dificuldades de construção prática de seu discurso político e da disputa pelo poder.

A pesquisa foi realizada junto à jornais, revistas e manifestos que compõem a imprensa negra do período. A expressão encontra em Bastide referências significativas; ele destaca sua importância como imprensa de protesto, de educação e de informação. Em outras palavras, na ausência de órgãos de comunicação que re-

fletissem os interesses da população negra, durante os anos 20/30, os jornais cumprem esta tarefa². Contemporaneamente, a imprensa negra continua desempenhando papel relevante, não só, como incentivadora de um processo de conscientização étnica, mas como porta voz de grupos e correntes políticas.

Trabalhando com a produção do discurso coletivo, as entrevistas e depoimentos buscaram dar voz e sentido ao contraditório, ao antagônico; reproduzidas de maneira dialógica, as impasses e problemas vividos na construção do universo teórico e prático apareceram com mais clareza.

As consequências da produção intelectual e acadêmica, sobre as formas de pensar e agir da sociedade em relação à negros e mestiços também fazem parte das preocupações do Movimento Negro dos anos 70. Ideal de branqueamento e mito da democracia racial não representam única e exclusivamente dois componentes das idealizações brasileiras acerca de sua composição étnica; suas formulações encontram-se imbricadas à uma produção que se origina nas elites e que busca encontrar respaldo científico para certos problemas. O lugar a ser ocupado por negros e mestiços na hierarquia social e a suavização do preconceito racial, em nome do preconceito social, fazem parte de uma trajetória de pensamento sensivelmente determinada.

O primeiro capítulo procura, a partir da análise de alguns aspectos do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento, situar os trabalhos de Pierson e Harris, que na linha de Freyre ainda vão dar como certa a inexistência do preconceito racial. A alteração do binômio raça-cultura pelo binômio raça-classe, na explicação das relações raciais, tem em Fernandes seu ponto máximo. 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes' põe em

questão as inconsistências do mito da democracia racial; os movimentos sociais no meio negro atestam os impasses de uma sociedade, que para ser plenamente democrática, conferindo validade ao princípio da igualdade entre os cidadãos, deveria livrar-se dos arcaísmos do passado. A crítica de Hasenbalg aponta para a reprodução dos mecanismos racistas no interior da sociedade de classes, que se comportam como auxiliares na manutenção das desigualdades sociais. O capítulo levanta também alguns problemas relacionados à cultura afro-brasileira ou cultura negra; ela é, sem dúvida, o pólo aglutinador das primeiras manifestações do Movimento Negro. Formas e conteúdos que a explicam consideram a permanência de certos traços culturais africanos no interior do grupo negro, bem como seu caráter de resistência. Sodré, em 'A Verdade Seduzida', reafirma alguns desses aspectos que terminam por estar presentes em muitas de suas propostas políticas.

O segundo capítulo diz respeito a trajetória da população negra na construção da resistência histórica e cultural. Rebeliões e revoltas durante o período escravista, movimentos negros e a Frente Negra Brasileira sob a ordem burguesa, foram considerados suscintamente por meio de alguns pensadores — Mattoso, Ianni, Moura e Fernandes — que analisam entre outros temas a inserção do negro, como sujeito político, em conjunturas sócio-históricas específicas. As expressões 'Raça', 'Negro', 'Negritude' representam um esforço da população negra em sua trajetória de encontro consigo mesma; a Imprensa Negra dos anos 30 e a influência do Movimento da Negritude demonstram aspectos de um debate, que posto pela imperiosa necessidade do segmento negro forjar sua própria identidade se altera no processo histórico.

O terceiro capítulo tenta traçar um panorama da dinâmica interna do Movimento Negro. Tendo por base condições que respon

dem, por um lado, à um momento particular da população negra, isto é, organizar-se em torno do eixo cultural, e o processo de mobilização vivido pela sociedade brasileira rumo à democracia por outro, o Movimento Negro pôde ser verificado via entidades, grupos, correntes e tendências. O MNU (Movimento Negro Unificado), como dissemos anteriormente, representa um instante de avanço político do Movimento Negro, o momento no qual o discurso político sobre o racismo, particularmente sobre o problema racial brasileiro, encontra na conjunção da discriminação racial e dos mecanismos de exploração das classes sua explicação fundamental.

Nas considerações finais serão apontadas algumas sugestões decorrentes de um certo tipo de entendimento da questão étnica, quando esta assume cor política e passa a ser constitutiva de movimentos sociais.

NOTAS

1. FERNANDES, Florestan. "Aspectos Políticos do Dilema Racial Brasileiro". In: O Negro no Mundo dos Brancos, São Paulo, Difel, 1972; "25 Anos Depois". In: Circuito Fechado, São Paulo, Hucitec, 1977; "O Negro e a Democracia". Revista Humanidades, Brasília, Agosto/Outubro, 1987; "O Protesto Negro". Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, São Paulo, Abril/Junho, 1988. IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 3ª Edição, 1987.
2. BASTIDE, Roger. "A Imprensa Negra do Estado de São Paulo". In: Estudos Afro-Brasileiros, São Paulo, Perspectiva, 1973.

1. TEORIZAÇÕES

1.1 TEORIA X PRÁTICA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quando pensado a nível intelectual, o universo das relações raciais envolvendo brancos e não-brancos, pauta-se pela complexidade dos domínios econômicos, históricos, antropológicos e sociológicos. Ele busca, por meio de conjunturas específicas, interpretar os diferentes matizes que assume a presença negra no Brasil, seja durante quase quatro séculos de escravidão, seja sob o domínio do trabalho livre.

Fraturados e divididos, ou pela dinâmica do mundo colonial ou pela lógica do capitalismo, negros e brancos em momentos particulares depararam-se com situações antagônicas e contraditórias. Por um lado, há a resistência ao embranquecimento, a acentuada permanência de traços africanos invadindo a constituição da cidadania, a Frente Negra Brasileira em 30, ou o crescimento da Negritude como uma tendência marcante do Movimento Negro dos anos 70. Por outro, as dificuldades do segmento branco — especialmente o de esquerda — de solidarizar-se com a luta racial negra, ao lado de sua habitual condenação às situações de preconceito e discriminação. Entre esses dois universos se interpõe a multirraciedade da sociedade brasileira, que encontrando suas explicações de fundo no ideal de branqueamento e no mito da democracia racial terminam por determinar seu perfil racial.

A dinâmica singular dessas relações se dá na Colônia, atravessa o processo abolicionista e chega aos dias de hoje, que ainda assistem ao protesto racial negro, reivindicando o fim do racismo e da discriminação, por serem eles mecanismos auxiliares

da exploração das classes sociais e pressupostos fundamentais da democratização da sociedade.

Dois momentos significativos assinalam a trajetória das organizações negras neste século: o Movimento Negro dos anos 30 e o Movimento Negro dos anos 70. Períodos históricos distintos, realidades econômicas e sociais que demarcam a opção de setores da sociedade brasileira por um certo tipo de modelo capitalista de desenvolvimento, são eles expressões de conjunturas que atestam profundas alterações e mudanças.

Contemporaneamente, se a segunda metade da década de 60 caracteriza-se pela perda das liberdades e garantias individuais, pela fragilidade das instituições democráticas, pelo refluxo da sociedade civil fortemente abalada pelo Golpe Militar de 64 e pelos Atos Institucionais, especialmente o AI-5, caberá aos anos 70 uma outra tarefa. Com o projeto de 'abertura lenta e gradual' a sociedade em seu conjunto, tentará ser co-responsável e participante efetiva do processo de reorganização da democracia.

Neste contexto, que permite à sociedade civil marcar posição no cenário político e, ao mesmo tempo, dotar indivíduos, grupos e associações de uma real esperança de se constituírem em atores sociais é que a questão racial, através dos movimentos negros, volta ao palco das discussões. Ela retorna, segundo seus porta-vozes, com uma acentuada carga de dúvidas, de receios e de emoções, porém indicando que uma qualidade distinta poderá marcar seus caminhos.

Sete de julho de 1978 tornou-se um dia histórico para todo o povo negro, porque, pela primeira vez, saímos à rua para protestar e denun-

ciar o racismo existente neste país.

Somos considerados cidadãos de segunda classe, mas no dia 7 de julho, em São Paulo, mostramos publicamente que não mais aceitamos esta classificação. Mais de mil negros, em sua maioria jovens, desmistificaram publicamente o racismo covarde que os proíbe de participar do progresso da sociedade, que os atira na sargeta e os assassina.

Naquela noite, deixamos claro para toda a sociedade que não mais calaremos frente aos crimes e a violação dos nossos direitos de cidadãos a que estamos submetidos desde o dia em que pisamos nas terras brasileiras.

Desta vez eram mais de mil. Da próxima, triplicaremos nosso número.

Sabemos que somente unidos teremos força para construir uma sociedade mais justa.

Muito embora a questão racial e os movimentos negros até hoje não tenham encontrado um denominador comum, seja do ponto de vista do seu encaminhamento político, seja no âmbito de sua compreensão teórica, parece significativo que os anos 70 sejam responsáveis por sua rediscussão. Já trabalhado pelos integrantes da Escola Paulista, o tema das relações raciais ganha novos contornos quando a ele se conjuga a análise dos movimentos sociais no meio negro. Elaborada particularmente por Fernandes entre os anos 50 e 60, o universo social e racial que se cria entre negros e brancos, percebido pela ótica da constituição da sociedade de classes, encontra nestes movimentos um sintoma e ao mesmo tempo uma contradição em consequência da instauração da nova ordem. Com especificidade e relevância os movimentos negros passam a compor a literatura acadêmica, contrapondo-se de maneira contundente à idéia de democracia racial, reclamando uma Segunda Abolição e apontando para os impasses e problemas da cidadania.

Em 1977, através de um balanço crítico de sua obra 'A In

tegração do Negro na Sociedade de Classes'², Fernandes se torna por meio de suas idéias um co-participante das expectativas das lideranças e militantes negros, que em 78 irão, mais uma vez, re-por para o cenário político as inúmeras facetas do problema racial. Ele observa com bastante clareza que algo se alterou no universo dessas relações. Em primeiro plano, a conjuntura econômica e social do capitalismo brasileiro pós-68 é responsabilizada pelo alargamento das contradições de classe, numa sociedade que investiu de forma maciça num amplo processo de industrialização e urbanismo; em segundo, as alterações ao nível econômico e ideoló-gico da população negra apontam para o surgimento de um negro inconformado, mais radical e mais difícil de satisfazer. São estas características que irão se contrapor ao estereótipo do negro bem sucedido.

Frente às contradições e antagonismos do capitalismo bra-sileiro o autor constata, que, concomitantemente à criação de me-canismos forjados pela sociedade branca e de mercado, ampliando as chances para alguns segmentos negros e de classe média, na periferia dos grandes centros cresce o contingente de desempregados e desnutridos, onde negros e mestiços são predominantes. O racis-mo não tende a desaparecer, isto é, as tensões que marcam os contatos entre brancos e negros devem perdurar; inversamente, certas resistências à incorporação de negros e mulatos podem diminuir, pois a substituição do estereótipo 'negro' pelo estereótipo 'baia-no', embora carregue o mesmo sinal negativo, termina sendo uma variação semântica que pode auxiliar na quebra de inúmeras resis-tências.

Por sua vez, o crescimento desordenado do espaço urbano atira o negro para regiões periféricas, permitindo que seu cotidiano se faça em conjunto com brancos igualmente pobres. Desta

forma, "(...) os estereótipos raciais não desapareceram nem deixaram de produzir efeitos tão devastadores sobre as aspirações e as ambições do negro. Mas, eles já não podem servir tão facilmente de fundamento a certas rejeições, especialmente na esfera do trabalho (...) Os pontos de concentração de oportunidades econômicas, educacionais, intelectuais, e políticas ainda são fracos e débeis demais para quebrar as linhas tradicionais de desigualdade racial ou para 'fazer o branco engolir o seu orgulho'. Todavia, o negro deixou de ser o espectador à margem da vida e da história"³.

Em relação aos aspectos políticos, Fernandes antevê uma nova qualidade para os caminhos do Movimento Negro: modificações no encaminhamento e na estratégia de sua organização podem ocorrer, pois na conjuntura dos anos 70 não haveria espaço para um movimento voltado, única e exclusivamente, contra o preconceito e a discriminação. Isto fazia sentido nos anos 30, onde, no processo de construção da sociedade de classes, largas camadas de negros e mestiços recém-saídos do trabalho escravo a ela não se incorporaram.

Os movimentos sociais no meio negro, os movimentos sociais de protesto negro ou a busca de uma Segunda Abolição, de certa forma, conseguiram pôr para a sociedade branca o real dilema de negros e mulatos, que nada mais aspiravam que a ela se integrar. Em sua análise as relações raciais, próprias de uma sociedade de classes, exigem que o princípio da igualdade entre os cidadãos seja exercitado da forma mais ampla possível; para a população negra e mestiça, enquanto estas relações sociais não atingissem seu pleno desenvolvimento, foi necessário travar uma luta pela consolidação da igualdade de direitos entre os cidadãos. Esta a razão pela qual o preconceito de cor foi denunciado no bojo de uma proposta que tinha por objetivo incorporar negros e mesti-

ços à sociedade de classes⁴. Para os dias de hoje, tal reivindicação estaria descartada, pois "(...) em função do nível crítico da percepção sociológica, a negação da ordem se abre simultaneamente para a 'classe', a 'raça' e os seus entrelaçamentos visíveis e invisíveis. O que quer dizer que saltamos do ideal inconcretizável da 'Segunda Abolição' para a idéia da revolução de baixo para cima: o negro aí aparecendo como o Povo que se torna agente da História"⁵.

O Movimento Negro dos anos 70, ao lado das contradições que vão distinguí-lo, vai se impor em termos políticos por meio de propostas que o distanciam dos movimentos negros do passado. Além daquelas transformações, decorrentes da implantação do modelo econômico do período 64/68, Fernandes atribui às possíveis modificações ocorridas no universo ideológico e político dos segmentos negros outras causas. Dito de outra maneira, não seriam apenas transformações conjunturais as responsáveis pelo aparecimento de um negro mais radical e mais inconformado; aí deveria ser incluído o papel desempenhado pelas Ciências Sociais, que através da teorização dos problemas, da pesquisa não reiterativa do pensamento estabelecido, se porta como contestadora das estruturas vigentes ou da ordem.

A Sociologia Crítica se realizaria, para ele, na busca da transformação democrática, sendo o sociólogo, primeiro, o intérprete fiel da precisão acadêmica, e segundo, o intelectual militante de tarefas específicas que levem em conta a alteração da ordem burguesa. Em outras palavras, a Sociologia exercitando seu papel militante e político, além de sua tarefa transformadora, trabalha como vanguarda numa reflexão que não desvincula raça e classe para o entendimento da questão racial⁶. Referindo-se à pesquisa sobre 'Relações Raciais na Cidade de São Paulo', transpare-

ce a certeza do impacto e da influência positiva de seu trabalho sobre a consciência dos ativistas negros. "Hoje já não se poderia mais pensar em 'combate ao preconceito de cor' ou cogitar de medidas práticas de 'controle do preconceito e da discriminação raciais' sem pôr em primeiro plano a contribuição da sociologia e a colaboração dos sociólogos"⁷.

É neste sentido que a análise sobre sua própria pesquisa parece correta, pois se 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes' continua cumprindo papel relevante para a teoria e prática dos militantes negros, o mesmo parece não ocorrer com a maioria dos demais trabalhos que buscam averiguar os inúmeros problemas presentes na temática racial. Entendidos, na maioria das vezes, como portadores de análises incompletas ou pouco abrangentes, eles vão receber por parte dos intelectuais, comprometidos de maneira mais orgânica com a luta racial, severas restrições⁸.

1.2. OS LIMITES NECESSÁRIOS

O intelectual terá de arcar com suas tarefas, misturar-se com a plebe ignorante e elevar-se com ela a um novo padrão de civilização. Democratização da cultura significa reconstruir a relação do intelectual com o mundo, por fim a um estado de coisas que faz do saber sistematizado um privilégio social e dar início a uma era de proscrição da ignorância como fonte de dominação do homem pelo homem. (Florestan Fernandes, 'Reflexões Sobre a Mudança Social no Brasil').

A avaliação que Fernandes tem do papel exercido por sua obra não só, para a Sociologia militante, mas também para a formação da militância negra em particular, aponta para uma série de indagações sobre as formas de pensar a produção intelectual volta da para a questão racial. Primeiramente, não sendo possível deixar de lado a influência de teorias pseudo-científicas, presentes em suas formulações originais, e tendo avançado as análises preocupadas em desmontar seus suportes ideológicos, resta ainda uma questão: intelectuais e lideranças, ligados de forma crítica e política ao problema, ressentem-se de pesquisas e trabalhos mais satisfatórios e próximos da realidade de negros e mestiços.

Apesar das inquietações colocadas acima refletirem parte da polêmica que se trava entre as diversas linhas de investigação e correntes de pensamento, algumas considerações de caráter mais geral poderiam ser elaboradas.

A primeira delas sugere que a questão racial negra, como um dos temas privilegiados das Ciências Sociais, apresenta resultados insatisfatórios e muitas vezes contraditórios entre si; a segunda revela uma acentuada influência de teorias racistas e ortodoxas, centradas na explicação dos impasses e problemas de um país forjado nos limites da multirracialidade, além de uma preocupação com os contornos assumidos pela hierarquia social e racial da sociedade; e a terceira sofre as consequências da falta de estudos mais abrangentes, que conjugados a situações sócio-históricas determinadas, possam abrir novas possibilidades de pesquisa.

A singularidade do pensamento racial brasileiro encontra seu pano de fundo no final do século XIX e início do XX, onde impasses e problemas decorrentes do desmoronamento da ordem escravista, da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República

acham-se postos. Negros e brancos vão se deparar com questões complexas como a instauração da nova ordem econômica e social, o projeto imigrantista, trabalhadores, greves e agitações operárias por volta dos anos 20, interesses, algumas vezes antagônicos, entre uma nascente burguesia industrial e as oligarquias.

Na verdade, em todos estes momentos, a discussão sobre a raça e a mescla das raças não deixou de estar presente no Parlamento, na imprensa abolicionista, na imprensa negra dos anos 20-30 e assim por diante. Formulados por meio do que se convencionou chamar de ideal de branqueamento e mito da democracia racial, são eles que têm se mostrado como os parâmetros das expressões reais ou simbólicas, encontradas nas práticas sociais entre negros e brancos, no perfil racial que a sociedade elabora de si própria, bem como no conhecimento que sobre ela é produzido. Por conseguirem expressar o pensamento da sociedade brasileira, enquanto sociedade multirracial, o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial se expraíam pelo tecido social permitindo que nele se excluam ou se incorporem, determinadas especificidades do passado escravista, alguns componentes da identidade nacional, assim como, certas características regionais — tomadas como nacionais.

Mais que isto, como parte do processo de elaboração desse ideário, a Antropologia no Brasil se afirma e passa a ser reconhecida como disciplina que tem como objeto de estudo populações 'selvagens' ou 'primitivas'; para o caso de negros e mestiços seria possível que estágios mais evoluídos fossem alcançados desde que o branqueamento físico e cultural, proposto pelos primeiros antropólogos, compusesse o perfil da nacionalidade.

Em decorrência de seu papel na formação do universo sim

bólico da população negra, os estudos acadêmicos serão revistos pelas lideranças e intelectuais negros. Preocupados em tornar claro o alcance dessas investigações, "(...) a própria ação do Movimento Negro passa por um processo de teorização, porque por muito tempo ela se sustentou em análises feitas por intelectuais brancos, principalmente o grupo dos paulistas: Octávio Ianni, Florestan Fernandes e Fernando H. Cardoso. A partir dos anos 70, começa a existir uma intelectualidade negra, agindo como bloco de intelectuais orgânicos e fazendo uma reflexão sobre a questão racial"⁹.

Por fim, na tentativa de desmistificar os componentes ideológicos contidos no ideal de branqueamento e no mito da democracia racial, o Movimento Negro recoloca politicamente o racismo e a discriminação como integrantes intrínsecos das formas de pensar e agir da sociedade.

Refletindo uma inquietação de escritores, políticos, médicos, antropólogos, etc, com o contingente negro e mestiço brasileiro (entendido neste último segmento os descendentes de brancos e índios, e de índios e negros), o ideal de branqueamento surge num momento altamente peculiar da história do Brasil, ou seja, o momento da passagem Abolição-República. Para Skidmore os anos 1889-1914 representam o período de efervescência destas idéias, lembrando ainda tratar-se de uma teoria peculiar do Brasil que não encontra similar nem nos Estados Unidos e nem na Europa.

As preocupações com o embranquecimento da população tem como elemento chave as vantagens que propiciariam a instalação do trabalho livre no Brasil através da importação de mão-de-obra estrangeira. A imagem de um país menos negro, e com possibilidades de se arianizar a curto prazo, em torno de um projeto mais racio

nal de miscigenação igualmente acompanham esta fase. Recorrendo a uma argumentação que revela proximidades com o pensamento racista oriundo de Gobineau e Agassiz, o ideal de branqueamento aposta basicamente: primeiro, no desaparecimento da população negra e, segundo, na miscigenação como mecanismo capaz de gerar mestiços mais fortes e saudáveis, propiciando no tempo a constituição de um país mais forte e mais branco.

Se estes dois pontos podem se constituir em síntese do ideário de embranquecimento, seria necessário lembrar que sua formulação não encontra na literatura especializada um correspondente à Casa Grande & Senzala, obra clássica e obrigatória ao entendimento das bases do mito da democracia racial.

Recobrando um período histórico, que se assenta no Império e invade os primeiros anos da República, estas idéias acham-se de maneira mais ou menos explícita tanto em Joaquim Nabuco como em Oliveira Viana e Silvio Romero. A peculiaridade da questão racial brasileira aparece de modo distinto de outros países que travaram — via escravidão — seu contato com contingentes africanos. Constituindo-se como nação multirracial, o Brasil se defrontou — e se defronta — com dilemas de uma sociedade, que do ponto de vista de sua prática não exerceu a segregação racial, em sentido estrito, mas que não deixou de pensar e desejar fórmulas capazes de exterminar negros e mestiços. Já desvencilhado de teorias climáticas e racistas deterministas, o ideal de branqueamento abandona a tese da inferioridade inata das raças para debruçar-se sobre um pensamento mais otimista, isto é, "(...) de que a miscigenação não produzia inevitavelmente 'degenerados', mas uma população mestiça capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente"¹⁰.

Os pensadores do período vão refletir as ambiguidades e contradições de intelectuais, que formados à sombra do pensamento conservador e das elites, carecem de sustentação científica para suas afirmações. Este é o caso de João Batista de Lacerda, fundador do Museu Nacional do Rio de Janeiro e um dos primeiros antropólogos brasileiros. Como a maioria de seus contemporâneos, era médico, craniologista e especialista em Antropologia Física, tendo a honra de ser a convite presidencial, o primeiro latino-americano a participar em Londres, em 1911, do Congresso Universal das Raças.

Trabalhando com a idéia de raça e civilização de maneira concomitante, os dois termos para ele acabam se confundindo e mesmo admitindo a igualdade das raças, entende que algumas por serem 'atrasadas', 'inferiores' ou 'não civilizadas' terminam sendo subjugadas pela raça branca em nome do progresso. Este raciocínio, intimamente ligado ao modo de pensar evolucionista, supõe etapas e/ou estágios necessários para a vida social que se comportam e acompanham as leis da evolução natural. Havendo estágios menos desenvolvidos, e que não poderão ser saltados, Lacerda encontra aí a fórmula para justificar a missão do colonialismo, uma vez que 'civilizar' significa 'tutelar' povos que ainda se encontram em etapas inferiores¹¹.

Uma nação atrasada, que não está ainda atravessando uma phase pela qual outras já passaram, não pode pretender no concílio das nações, um pé de igualdade com outras que conseguiram adiantar-se obedecendo ao influxo das condições do meio e às qualidades hereditárias das raças, que entraram em sua formação. Ella tem forçosamente de receber o auxílio e a educação da mais adiantada, sujeitando-se aos seus ditames, à sua direcção, à sua vontade. Assim justifica-se

a expansão colonial das nações do Ocidente no continente africano e asiático¹².

Mesmo não conseguindo, através de seu universo teórico, balizar com clareza o papel a ser desempenhado pela mestiçagem no interior da sociedade brasileira, Lacerda vai pensar de maneira evolucionista as etapas possíveis para a passagem do negro a mestiço e deste a branco. Seu exercício de futurologia previa o desaparecimento do elemento negro para o ano 2012; considerava ainda vantagens e desvantagens dos cruzamentos entre negros e brancos, sob a ótica das contribuições de cada grupo racial, no sentido da construção de um país que teria, no espaço de quase 100 anos, uma população de 80% de brancos, 3% de mestiços e nenhum negro¹³. A influência do darwinismo social parece evidente e ainda que Lacerda não seja de todo explícito, o branqueamento acaba se fazendo por meio de dois mecanismos centrais: seleção sexual (os casamentos preferenciais de negros e mulatos se dão com tipos mais claros) e a imigração européia (que propiciaria uma diminuição de negros e mestiços). "De fato, o branqueamento tem uma direção a seguir: ele não propõe, em absoluto, a miscigenação pura e simples como forma de depurar os brasileiros de suas características negras. A seleção sexual se faz no sentido do tipo branco porque: 'le mulâtre lui-même s'efforce par ses unions de faire revenir ses descendants au type pur du blanc'"¹⁴.

Tomada particularmente, a obra de Lacerda representa um dos exemplos da preocupação intelectual com os destinos da raça no Brasil; mesmo não sendo exclusividade sua propor o tempo possível para o desaparecimento de negros e mestiços, e mesmo estando o caráter científico de sua teoria mais próximo da ideologia do que da ciência, não resta dúvida de que a idéia de branqueamento "(...) é também uma ideologia nacionalista, que prevê para o futu

ro igualmente um povo brasileiro branco como fundador essencial da concepção de nação"¹⁵.

Ao se trabalhar com este tipo de ideário, a primeira impressão é de que sua influência permanece até os nossos dias. Mais que isto, incentivando o cruzamento inter-racial e privilegiando o branqueamento do indivíduo como condição prioritária às suas possibilidades de ascensão social, esta ideologia conseguiu promover: primeiro, o preconceito de mulatos em posição ascendente contra negros que se encontram nos estratos inferiores; segundo, o entendimento do processo de ascensão social como um processo individual; terceiro, a visão da descendência racial negra como negativa e, quarto, a divisão interna do próprio grupo negro.

Não estando distante do conjunto da sociedade brasileira explicações de caráter racista, quanto à sua população negra e mestiça, o branqueamento termina funcionando como um dos mecanismos fundantes na conjugação do elemento cor da pele e mobilidade social ascendente. Perdendo legitimidade como "(...) objetivo nacional publicamente proclamado, o ideal de branqueamento não apenas manteve ampla aceitação popular como continuou a condicionar o comportamento dos não-brancos, através dos esforços de branqueamento social e biológico"¹⁶.

Sob outra ótica, a análise do que se conhece como mito da democracia racial exige que numa conjuntura de mudanças seja vista sua formulação. Entendendo que ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior se inscreve o nome de Gilberto Freyre, Mota sugere para o período que ele denomina de redescobrimento do Brasil, os anos 1933-1937. Os trabalhos intelectuais deste momento se voltam para uma nova reinterpretação do Brasil; a historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos

feitos da raça branca e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "(...) vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado"¹⁷.

Representando uma elite, que a partir dos anos 30 preocupa-se com uma volta ao passado ou com uma busca de raízes pouco a pouco perdidas, Freyre é filho de uma aristocracia que pensa o regionalismo de maneira contundente. Momento de crise e de rearranjo político das elites oligárquicas, etapa favorável para que soluções regionalistas assumam um caráter abrangente.

É neste contexto que Casa Grande & Senzala afirma-se como um marco na literatura científica sobre o assunto; obra de difícil delimitação quanto à inclusão de seu conteúdo nas áreas da História, da Antropologia ou da Sociologia e com uma linguagem altamente elaborada, sua análise oscila entre o caráter de mando das oligarquias e a abertura para o inter-relacionamento racial. Mota observa como a partir da história social da Casa Grande, que se torna a história de todo brasileiro, se pensa uma ideologia que permanece informando a noção de cultura brasileira. Na busca dos primórdios da raça, e especialmente da cultura, o caráter nacional brasileiro poderá ser idealizado. Através das idéias de nacionalidade, raça e cultura e pressupondo ao mesmo tempo o desaparecimento das contradições de raça e classe, destaca-se a análise de um passado nacional calcado em seu cotidiano mais íntimo.

No Prefácio à Segunda Edição, Freyre diz categoricamente que sua obra se volta para o Brasil-Colônia numa sociedade de características semi-feudais escravagistas. Atribuindo à falta de mulheres brancas as relações entre senhores e escravas, confere a

este processo sinal positivo na formação de um tipo de sociedade, que, paralelamente a diminuição das distâncias entre os dois ex tremos, propicia a 'democratização das relações raciais'. "O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambugem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil"¹⁸.

A indiferença inexistente perante a obra de Freyre e dela seus comentaristas procuram esgotar todas as possibilidades. Este é o caso de Ribeiro, para quem Freyre acaba realizando uma façanha conseguida por poucos intelectuais, isto é, descrever e interpretar o Brasil dotando-lhe de um caráter totalizador e nacional. Dentre as minuciosas observações e análises por ele efetuadas, Ribeiro destaca que por intermédio do mandonismo, próprio dos senhores de engenho, é construída a imagem de um país se fazendo numa relação sadomasoquista com a Senzala, pois "(...) no exercício mesmo destes papéis recíprocos, o brasileiro da classe dominante teria ganho seu traço mais característico — o mandonismo — e sua contra parte social, o povo-massa, seu gosto também mais típico — o masoquismo — expresso no gozo da pressão sobre ele de um governo másculo, corajosamente autocrático"¹⁹.

Desta forma, o que estaria na base do autoritarismo mantenedor da ordem, e por conseguinte das injustiças sociais, não seria nada mais do que um gosto quase inato do brasileiro comum em sofrer e ser vítima. Ao retratar o dia-a-dia da Colônia,

passado na Casa Grande, ele acaba permitindo um encontro do Brasil e dos brasileiros com sua ancestralidade africana e lusitana; origem esta, que, mantida em sigilo e comumente carregada de vergonha, passa com Freyre a ocupar um outro espaço. Com ele aprendemos "(...) a reconhecer senão com orgulho ao menos tranquilizados, na cara de cada um de nós ou na de nossos tios e primos, uma bo-carra carnuda, cabelos crespos ou aqueles narigões formidos de indubitável procedência africana e servil"²⁰.

Há ainda permeando C.G. & S. uma supervalorização da cultura material da negraria, que chega em alguns aspectos a ser julgada como superior, quando comparada à cultura portuguesa ou indígena; a presença africana na culinária e a suavização da língua portuguesa em seus rr e ss seriam alguns exemplos. Para Ribeiro, esta análise se tornou possível por ser o universo de Freyre povoado de amas-de-leite, mucamas, enfim de escravos domésticos. Esquecendo-se o mestre de Apicucos do negro-massa, do negro-multi-dão, daqueles que constituíram o principal contingente trabalhador do Brasil — os escravos do eito — à eles são dedicadas poucas palavras. Ele é capaz de reconhecer que "(...) não foi toda de alegria a vida dos negros escravos dos nhonhês e das nhanhês brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potages de mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo — a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas"²¹.

O entendimento do mito ganha amplitude quando a ele se acrescenta o paternalismo próprio das elites. Desempenhando um importante papel na preservação das desigualdades raciais e sociais, e supondo exercer uma função integradora, para Hasenbalg, a democracia racial aposta no convívio harmônico entre negros e brancos. Harmonia transposta para o regime de trabalho livre, impede

que a sociedade precise recorrer ao racismo declarado; a presença de alguns negros em posição superior na hierarquia social, e a constante comparação com a segregação praticada nos Estados Unidos, auxiliam no reforço da idéia do Brasil como paraíso racial.

Carregada de um forte caráter conservador, a democracia racial se instaura historicamente na ordem escravocrata por meio da imagem do senhor bondoso. Transferida para as relações entre os cidadãos divididos em classes sociais, através do clientelismo dos setores dominantes, ela continua a deter e controlar uma possível competição, em termos econômicos e ideológicos, por parte da população branca e negra. Tendo por base: primeiro, a crença numa total ausência de discriminação e preconceito; segundo, a sua posição de que há oportunidades iguais para brancos e negros e, terceiro, o entendimento de qualquer conflito racial como não-brasileiro, a democracia racial consegue uma aceitação quase hegemônica do conjunto social.

Nestes termos, do ponto de vista do branco, revelam-se severas discordâncias (pelo menos em teoria) à prática do preconceito, sendo sua ocorrência atribuída a diferenças econômicas e "(...) quaisquer que possam ser as desigualdades entre brancos e negros, elas não são o resultado de considerações raciais, mas advêm da classe e da baixa posição social dos negros"²².

Assumida por consideráveis parcelas da população branca, e defendida por autores como Pierson e Harris entre outros, a democracia racial sustenta, em últimas palavras, que o preconceito de raça não se esgota no preconceito de classe. Para Hasenbalg, passados 100 anos de Abolição da Escravatura, o preconceito e a discriminação continuam a fazer parte das relações sociais, estando os negros nos estratos mais baixos da população, ao lado de ne

gros e mestiços, que embora pertencentes aos setores médios continuam vítimas de profundas discriminações.

Porém, sob a perspectiva do negro esta ideologia veio reforçar o que Fernandes chamou de 'complexo'. Caracterizado como um profundo sentimento de inferioridade diante da real subordinação e exploração a que estão sujeitos, ele resulta na transferência para si, enquanto grupo, da responsabilidade por sua posição na hierarquia social²³. Incorporado ao contraditório universo das representações simbólicas da população brasileira, o mito da democracia racial exprime, sobretudo, um mecanismo altamente controlador de possíveis conflitos sociais, que tem no conservadorismo sua raiz mais profunda e na manutenção da unidade nacional e da paz social suas preocupações de fundo. "A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem a necessidade de recorrer a um alto grau de coerção"²⁴.

No entanto, a construção dos atributos, qualidades ou incapacidades de determinado contingente étnico relaciona-se, quase que diretamente, à certas conjunturas relevantes ou de transformação histórica. Por serem pensadas, recriadas e alteradas na rede das relações sociais, as características raciais se modificam; para Ianni, elas poderiam ser colocadas no campo das formulações ideológicas, pois "(...) quem inventa o negro do branco é o branco. É este negro que o branco procura incutir no outro"²⁵.

Sendo correto que a 'invenção' dos atributos raciais se transforma na dinâmica das relações sociais, não seria exagerado dizer que neste movimento, igualmente se afirmam e reafirmam os incontáveis pressupostos da discriminação e do preconceito. Hasen

balg nomeia de pura hipocrisia a postura assumida por inúmeros investigadores diante das situações concretas de racismo e discriminação. Diversas razões poderiam ser creditadas ao visível mal estar que toma conta dos pesquisadores frente a este quadro: ao lado de uma literatura liberal e conservadora, que até hoje afirma o caráter harmonioso das nossas relações raciais, uma outra vertente de investigação se refere aos intelectuais progressistas que reiteradamente se opõem a idéia de democracia racial. Mostrando uma tendência de reduzir os problemas da população negra aos mesmos impasses e dilemas colocados pela classe trabalhadora, Hasenbalg atribui à esse segmento um excesso de otimismo depositado no nacional desenvolvimentismo, através do qual se integrariam grandes contingentes das massas populares aos seus benefícios. No entanto, as características de dependência do capitalismo brasileiro tiveram desaparecer estas esperanças e, mais uma vez, a urgência de debate das questões sócio-econômicas relegou para segundo plano os temas voltados à questão racial negra; do interior deste raciocínio aparece a constatação de que "(...) apesar da literatura sobre relações raciais no Brasil ser considerável, é difícil evitar o desconforto produzido pelas conclusões amplamente divergentes a que têm chegado os autores que estudaram diferentes situações locais ou regionais de contato inter-racial"²⁶.

Há muito a ser vencido em termos de discriminações e preconceitos, para que os estudos e pesquisas percam seu caráter idealizado e simbólico e passem a fazer parte do terreno das realidades históricas e sociais concretas. Ianni manifesta-se a este respeito lembrando que as metamorfoses ocorridas na transformação do povo, em uma coletividade de cidadãos, merece atenção especial por parte dos pesquisadores pois, "(...) todos que se preocuparam em compreender as peculiaridades da sociedade brasileira em diferentes momentos da sua história, defrontaram-se com a problemática

ca racial. O indianismo, europeísmo, arianismo, lusitanismo, democracia racial, negritude, indigenismo, entre outros, são temas que expressam as orientações de pesquisa e controvérsias sobre o significado das raças e mesclas de raças na formação da sociedade nacional. De permeio a essas pesquisas há muito racismo aberto e velado"²⁷.

No Prefácio à Segunda Edição de sua obra 'Da Senzala à Colônia', Viotti deixa transparecer sua apreensão com determinados aspectos que envolvem a especificidade do contingente negro, no período escravista, e que mereceriam maior atenção; seria necessário que os historiadores demonstrassem "(...) interesse para o estudo da história do escravo, seu processo de socialização, suas formas de acomodação e resistência, seus cultos, suas crenças. Esse tem sido um campo praticamente ignorado pela maioria dos que se têm dedicado ao estudo da escravidão nos últimos anos"²⁸.

Em 'Rebeliões da Senzala', Moura, num misto de indignação e revolta, explicita que os levantes escravos devem ser entendidos como movimentos que redundam em aspectos políticos significativos, não apenas para a ordem escravista em si, mas também, para o próprio escravo enquanto sujeito histórico. Sua posição não é de "(...) simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica"²⁹. Procurando ao contrário fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, científica da conjuntura histórica que as gerou, seu objetivo é restaurar a verdade histórica.

A percepção desses estudiosos torna-se convergente à indignação e desalento, que em diversas circunstâncias tomou conta de lideranças e intelectuais ligados ao Movimento Negro. À uma

produção que parece não ter se desvencilhado das implicações do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento ambos se opõem, porém, em planos distintos. Ao Movimento Negro cumpriria rejeitar, em nível político, as distorções historiográficas, os conteúdos discriminatórios, etc; aos estudiosos, caberia a tarefa de trabalhar com investigações de caráter empírico e/ou teórico, tentando dotá-las, dentro do possível, de uma perspectiva crítica.

1.3 AS RELAÇÕES RACIAIS: AVANÇOS E CRÍTICAS

Conferindo um padrão harmonioso para as relações raciais entre senhores e escravos e estabelecendo uma comparação com a possível brandura do mundo escravista brasileiro e seu similar norte-americano, os estudos sobre as relações raciais têm indicado, via de regra, que brancos e negros teriam conseguido plasmar uma sociedade distante de discriminações e preconceitos.

O pensamento de uma série de autores norte-americanos, entre eles Pierson e Harris, teve por ponto de partida o binômio raça-cultura. Priorizando em seu quadro de análise o método comparativo, alguns pressupostos comuns poderiam ser deduzidos desses trabalhos: primeiramente, as investigações confrontam os distintos sistemas escravistas do Novo Mundo e centram sua atenção nas relações entre senhores e escravos e, segundo, a imagem do senhor bondoso da sociedade brasileira é posta em contraposição a outros proprietários de escravos; a comparação aponta a emergência de um sistema de relações raciais marcadamente pacífico.

O livro máximo de Pierson, 'Negroes in Brazil' (1942) representa, entre outros aspectos, um momento marcante da Antropologia norte-americana, isto é, uma fase onde o enfoque anteriormente atribuído aos elementos mais importantes da difusão cultural passam a ser gradativamente substituídos pelos estudos da aculturação. Observa-se um interesse crescente em investigar os 'povos marginalizados', que sob a influência da cultura européia estariam vivendo um processo de assimilação e incorporação à uma sociedade emergente³⁰.

O mundo europeu assume especial relevância, não só, por ter implantado uma ordem econômica de caráter mundial, mas, por ter propiciado para o conjunto de povos e nações diferentes tipos de contato; à estas diferenças vão corresponder diversas 'carreiras' dos povos que constituíram os contingentes escravos. A 'carreira' do negro no Novo Mundo, transformando-se em afro-brasileiro, se dá segundo Pierson por intermédio da miscigenação, que tenderia ao desaparecimento do 'negro' enquanto entidade racial; este cede espaço ao surgimento do mestiço que revela acentuada disposição de se aproximar, cada vez mais, do grupo branco não só genética, mas também, culturalmente.

Ao proferir conferência à alunos de Universidades dos Estados Unidos, sob os auspícios da Escola de Sociologia e Política³¹, Pierson descreve a situação de contato racial brasileiro como harmoniosa, quando comparada aos Estados Unidos onde desconfiança, tensões, ressentimentos marcam as relações entre brancos e negros — especialmente durante a escravidão; inversamente, o Brasil desenvolveu relações do tipo primárias, entre amos e escravos, o que lhe impede de possuir um alto grau de inferioridade em relação aos brancos — como acontece nos Estados Unidos. A tendência do negro, e de outras minorias étnicas, é ser absorvido pe

lo grupo majoritário branco. Muito embora a descendência negra se ja ainda sinal de inferioridade, quanto maior for o grau de cruzamento com brancos, e quanto mais outras capacidades forem demons-tradas, maior será a assimilação pelo grupo branco superior.

Assim, durante algum tempo, a endogamia ra-cial se estava desintegrando no Brasil, espe-cialmente ao longo das margens biológicas das raças; e, com a ascensão contínua de indivíduos do grupo de status inferior, esta tendência pa-rece estar aumentando. É verdade que a côr e os traços negróides são ainda símbolos de origem escrava e que estas marcas raciais tendem a ser identificadas ao status inferior (...) Mas ês-tes símbolos tendem a perder seu caráter restri-tivo, não só proporcionalmente ao grau de san-gue branco possuído pelo mestiço, mas também, e principalmente, em proporção às provas de que êle possui outras qualidades usualmente associa-das ao status dos níveis 'superiores' e que con-trariam a significação tradicional dos estigmas raciais³².

Influenciado por uma geração de autores que tentou elabo-rar, nas palavras de Corrêa, 'as grandes sínteses' sobre a socie-dade brasileira (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior entre outros), o pensamento de Pierson representa a fase do observar e registrar empiricamente; "(...) menos do que contestar aquelas grandes sínteses, parece que se tratava de colo-cá-las entre parênteses, enquanto se verificava no campo a reali-dade brasileira"³³.

A influência de Freyre parece decisiva, pois, igualmen-te para Pierson, a estrutura sócio-econômica da escravidão desem-penha papel preponderante na determinação do tipo de relação que se estabelece entre negros e brancos, no período pós-abolicionis-

ta. Atribuindo ao padrão de relações raciais norte-americano sinal negativo, e invertendo essa posição para o caso brasileiro, ele presume que uma efetiva democracia racial se consolidou no Brasil em consequência da convivência pacífica entre senhores e escravos.

Com a idéia de um 'continuum de cor' Harris, por sua vez, mostra-se supreso com a capacidade dos brasileiros em encontrar os mais distintos nomes, para designar diferenças de traços físicos como resultado de cruzamentos inter-étnicos. A caracterização racial da sociedade brasileira se faz, segundo ele, a partir da indeterminação dos tipos raciais ou, em outras palavras, a descendência materna ou paterna não se apresentariam como únicos fatores explicativos de uma possível identificação étnica: textura e cor dos cabelos, cor dos olhos e da pele, formato da boca são elementos de igual valor, que determinam as características através das quais, negros, brancos e mulatos se definem e se comportam ex quanto tais. Não existindo grupos raciais, em sentido estrito, a discriminação e o preconceito se exercitariam no interior destes três contingentes, onde brancos ocupam os setores privilegiados, negros os estratos inferiores, e os mulatos as posições intermediárias. As possibilidades de mudança, ao nível desta escala ideal de gradação, se dariam por dois eixos que operam de maneira concomitante: primeiro, pelo cruzamento inter-racial que propiciaria no tempo o branqueamento da população negra, e segundo, através dos mecanismos possíveis de mobilidade social com o objetivo de ascensão ao nível das classes. Para ele "es la clase a la que uno pertenece y no la raza a la que uno pertenece lo que determina la adopción de actitudes subordinadas y dominantes entre individuos específicos en las relaciones cara a cara"³⁴.

Responsável a partir dos anos 50 pelo reordenamento do

debate sobre relações raciais, a Escola Sociológica Paulista tentará deslocar o enfoque do binômio raça-cultura para o binômio raça-classe. O mito da democracia racial perde seu poder de sedução como princípio explicativo da convivência harmônica entre negros e brancos; a complexidade econômica, política e social onde se insere o contingente negro, a partir da Abolição da Escravatura, será privilegiada nas explicações que tomam esse momento como fundante da ordem burguesa.

Representada por autores como Bastide, Fernandes, Cardoso, Ianni, etc, de maneira geral, a hipótese de suas análises leva em conta o período de passagem de uma sociedade assentada em moldes escravistas e coloniais, para uma outra firmada sob o trabalho livre. A competição pelo mercado passa a ser analisada entre ex-escravos (negros e não-brancos) e imigrantes brancos, a partir de quem as elites esperam ver reguladas e definidas as bases do trabalho livre. Para a sociedade, que se transforma do ponto de vista econômico, político e social, os confrontos entre esses dois segmentos redundam, via de regra, para negros e seus descendentes numa luta desigual e injusta; o conflito, marcado por tensões das mais diferentes ordens, encontra a população negra despreparada ao nível profissional e emocional para competir no mercado de trabalho. Mecanismos societários teriam interferido, em duplo sentido, contra as possibilidades de ascensão dos negros no interior das classes sociais: de um lado, pela ausência de condições do ex-agente escravo para enfrentar a concorrência própria da sociedade burguesa em formação, e, por outro, porque o preconceito e a discriminação continuam a ser uma realidade.

Trazendo o item cor articulado ao mecanismo de mobilidade social ascendente, e por não estarem distantes do passado escravista — definidor de uma rígida hierarquia social e racial —

estes mecanismos, na visão daqueles autores, agiram como se fossem componentes próprios da sociedade de classes, determinando suas relações raciais e sociais.

Desenvolvida sob os auspícios da UNESCO, em colaboração com a Revista Anhembi, e sob a coordenação do professor Bastide, uma ampla pesquisa foi realizada buscando dar às considerações anteriores sustentação empírica. Lembra Rugai Bastos que em três grandes direções se deu o trabalho: "o debate sobre as bases escravocratas das relações sociais no Brasil; a mudança social e a questão da cor como obstáculo à mobilidade; o preconceito de cor, suas manifestações, seus efeitos, e a luta para superá-los"³⁵.

Tentando mostrar à nível internacional, que pelo menos em algum país a questão racial fôra solucionada, satisfatoriamente, a UNESCO se empenha em financiar o trabalho. A escolha do Brasil é justificada por ser o "(...) país universalmente considerado como aquele que melhor solução estava dando ao problema, entre todos os países brancos possuidores de importante parcela de cor"³⁶.

A pesquisa sobre 'Relações Raciais na Cidade de São Paulo' termina por concluir pela impossibilidade de construção da cidadania em presença de mecanismos pertencentes à ordem escravocrata: este dilema está posto para negros e brancos, para trabalhadores e patrões e assim por diante, que para verem cumpridos os estatutos da sociedade de classes deverão exercer, de fato, o princípio da igualdade entre os cidadãos. Em decorrência deste trabalho, pela primeira vez e em termos acadêmicos, o mito da democracia racial aparece desfeito de suas bases ideológicas, isto é, sua formulação não encontra sustentação empírica no plano da pesquisa.

De um ponto de vista estritamente cronológico vale observar, que durante os anos 20-30 os movimentos negros de caráter urbano aparecem no cenário político, sendo de 1933 a Primeira Edição de Casa Grande & Senzala; os anos 40 são marcados pelos estudos culturalistas, cabendo a década de 50 o equacionamento, em outros parâmetros, da questão das relações raciais entre negros e brancos. Claro está, e não poderia ser de outra maneira, que para a análise dos efeitos e conseqüências do mito da democracia racial, assume importância redobrada o que Fernandes chama de movimentos sociais no meio negro. Eles terminam por fornecer dados objetivos, no sentido de demonstrar que a sociedade de classes não poderá avançar enquanto negros e brancos não convivessem sob o regime de igualdade entre os cidadãos. A esses futuros cidadãos cabe o papel de demarcar as ambigüidades do mito da democracia racial e lutar por sua integração dentro da sociedade competitiva.

Constatando a inexistência de estudos mais sistemáticos sobre um período que engendra um conjunto de relações sociais e raciais marcadamente discriminatórias, a reprodução do racismo, nos dias atuais, passa a ter para o trabalho de Hasenbalg prioridade como objeto de análise. Em artigo publicado na Revista de Antropologia 26 (1983), sob o título 'Anotações Sobre a Classe Média no Rio de Janeiro', observa a inexistência de pesquisas sobre o "(...) processo de diferenciação social e estratificação interna da população negra no Brasil"³⁷. Exceção feita ao clássico de Fernandes, 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes', apenas os resultados do Censo Demográfico de 1980 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) permitem verificar as desigualdades do nível de renda e do grau de participação de negros e mestiços no sistema de emprego do país.

As distinções são evidentes, e suas causas não devem ser

atribuídas à herança de um passado escravista ou à competição estabelecida entre o trabalhador negro e o imigrante branco no período subsequente a Abolição; avaliações recentes têm apontado "(...) que a posição sócio-econômica inferior do negro na estrutura social deve-se não somente a estas causas históricas, mas também à desigual estrutura de oportunidades sociais enfrentadas pela população branca e negra no país. Noutras palavras, para ele, o racismo e as práticas discriminatórias existentes no presente são causas fundamentais da reprodução das desigualdades raciais e do confinamento do negro e seus descendentes a posições subordinadas"³⁸.

Transitando entre os mecanismos de ordenação do racismo no interior da sociedade, o pensamento de Hasenbalg centra-se sobre o período posterior à Abolição da Escravatura. Estão dadas possibilidades para o entendimento da reprodução das desigualdades raciais, não como uma transposição mecânica das relações senhor-escravo para o regime de trabalho livre, mas, como um mecanismo que contém ingredientes mais amplos do trinômio industrialização/capitalismo/racismo.

Tendo por base o como a questão racial vem sendo apanhada pela produção acadêmica, detecta neste conhecimento três linhas mestras. A partir dos anos 30, uma primeira escola, que tem em Freyre e Casa Grande & Senzala sua origem, atribui positividade ao papel desempenhado por índios e negros na constituição da morenidade; a ênfase é dada ao caráter plástico do colonizador português quando comparado ao colonizador americano, à harmonização das raças e à inexistência do preconceito racial. Num segundo grupo de pensadores onde se incluíam Pierson, Wagley e equipe, em fins dos anos 30 e início dos 40, aparece uma espécie de surpresa ao tipo de relação racial encontrada no Brasil em contrap-

sição as relações raciais existentes nos Estados Unidos. De maneira sintética as conclusões destes autores indicam: primeiro, constatação do preconceito de classe e não de raça na sociedade brasileira, não encontrando o preconceito contra o negro seu equivalente na classe baixa branca; segundo, expressões de uma consciência de cor muito afinada e que não pode ser traduzida em preconceito; e, terceiro, o preconceito de cor não se manifestando a nível de comportamento.

Finalmente a chamada Escola Paulista, que encontra expoentes maiores em Bastide, Cardoso, Fernandes entre outros, privilegia em suas análises o processo de transição de uma sociedade agrária escravista para uma sociedade de classes. Neste início de formação do capitalismo o negro será preterido em favor da mão-de-obra imigrante, ao mesmo tempo que certos traços culturais da população não se coadunam com as necessidades de uma sociedade de homens livres. O preconceito e a discriminação tornam-se incompatíveis numa sociedade de classes, devendo suas manifestações desaparecerem pois se constituem em reminiscências ou arcaísmos da sociedade escravista³⁹.

Ao publicar, em 1979, 'Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil', Hasenbalg aprofunda essas discussões e introduz uma perspectiva crítica à própria produção intelectual. As três escolas, portadoras de um caráter integracionista, acabam variando segundo o grau e a intensidade com que vislumbram o desaparecimento do racismo. Neste sentido, industrialização, capitalismo e racismo não devem ser entendidos como elementos incompatíveis; ao contrário, será na passagem do escravismo para a sociedade de classes que o negro formalmente livre se constituirá em competidor potencial do branco. Assim, criam-se e/ou recriam-se os mecanismos de preconceito, confinando-se o negro a posições infe-

riores, o que permite ao branco ocupar posições superiores na hierarquia social.

Pensando criticamente sobre 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes', Hasenbalg pondera que ao lado da persistência do preconceito e da discriminação raciais, como um fenômeno de atraso cultural, a interpretação de Fernandes não estaria levando em conta a dinâmica das relações raciais no período pós-abolicionista. Como sobrevivência do 'ancien régime', a sociedade teria herdado um sistema de estratificação racial e de subordinação do negro; nestes termos, e como uma anomalia da nova ordem social, ela só poderá se constituir estritamente democrática quando tiver se desfeito destes arcaísmos do passado.

Hasenbalg delega, ainda, o otimismo de Fernandes ao crédito depositado por ele na nova sociedade de classes como aquela capaz de eliminar e superar as desigualdades raciais. "A maioria dos problemas conceituais parece resultar duma concepção unívoca e idealizada da ordem social competitiva — uma sociedade competitiva, aberta e democrática, cujas bases econômicas, morais e políticas são incompatíveis com a perpetuação de estruturas segmentárias arcaicas — e sua suposta potencialidade de transformação social"⁴⁰.

Por último, sua opinião é de que os diferentes processos subsequentes à Abolição da Escravatura tendem à um rearranjo das desigualdades raciais, dos quais o grupo branco, via de regra, sai favorecido; ao lado disto, a própria sociedade de classes se encarrega de transformar o signo racial em uma dimensão subordinada e dependente. Esta mesma sociedade "(...) confere uma nova função ao preconceito e a discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar

os não-brancos da competição pelas posições mais almejadas que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes"⁴¹.

1.4 A CULTURA AFRO-BRASILEIRA: A VISÃO DE MUNIZ SODRÉ

Entre as possibilidades de detectar as características que permitem à cultura brasileira ser portadora de determinadas especificidades, e o processo singular de criação de traços culturais próprios, coloca-se uma parte do debate estabelecido entre seus pesquisadores.

Os problemas de entendimento da cultura afro-brasileira ou cultura negra não estão distantes destes impasses. Para pensadores e lideranças negras, cabe pensá-la em novas bases. As controvérsias, de qualquer maneira, apresentam-se contundentes e agudas, pois entre o pólo onde se encontram pensadores negros, e o pólo de reflexão estritamente acadêmico a cultura afro-brasileira se põe como um desafio.

Permanentemente adjetivada de 'diferente', 'exótica' e 'primitiva', a cultura de origem negra, segundo alguns pensadores, só perderá os estigmas acima, quando em seus estudos for incluída a resistência⁴². Este componente, ligado a historicidade negra, conduz à idéia de que a cultura afro-brasileira teria se construído por meio de dispositivos culturais, transportados com os negros durante a escravidão, e que aqui agiram no sentido de manutenção dos traços fundantes da sua própria identidade.

Para Sodré, a sociedade brasileira se caracterizaria pela interpenetração de duas ordens, uma branca/uma negra, agindo esta última na preservação de seus conteúdos culturais e no equilíbrio do grupo negro; no entanto, isto significa que "(...) não se tratou jamais de uma cultura negra fundadora ou originária que aqui se tenha instalado para funcionalmente servir de campo de resistência. Para cá vieram dispositivos culturais correspondentes às várias nações ou etnias dos escravos arrebatados à África entre os séculos XVI e XIX"⁴³.

Para dar concretude ao seu pensamento, ele assinala que esta especificidade se torna passível de verificação através de alguns traços, tais como: primeiro, pela utilização do jogo duplo que se efetiva por intermédio das ambiguidades do sistema ideológico branco e da manipulação dos vazios da cultura dominante; segundo, pelo desenvolvimento paralelo de formas de organização social que vão da ordem econômica à linguística, como por exemplo a preservação do iorubá como língua ritual; terceiro, por sua marca de diferença fundada no princípio da reciprocidade das trocas simbólicas (cultura dos terreiros-egbé); quarto, por ser reposta na história brasileira como um continuum africano que recoloca, de maneira dissimétrica, a ordem simbólica tanto em relação à África, como em relação ao Brasil.

O universo cultural afro-brasileiro estrutura-se na ênfase aos aspectos duplo, paralelo, diverso dos campos simbólicos estritamente negros, abrindo a possibilidade de verificação da cultura negra, em sentido estrito, como portadora de traços que a distinguem da cultura branca ou ocidental. Esta diferença se daria em função da forma de operação lógica que as situam em patamares distintos, uma vez que a busca incessante do sentido quebra a capacidade de totalização ou de unidade, pois "(...) universaliz-

zar significa reduzir as diferenças a um equivalente geral, um mesmo valor"⁴⁴. A forma de pensar própria do Ocidente se adere ao Conhecimento, oferecendo conteúdo aos diferentes conceitos de cultura operados pela Antropologia; sua proposta é discutir os parâmetros, através dos quais se legitimam e se fundam este mesmo Conhecimento, e a maneira pela qual se organiza seu trânsito entre o totalizante e o parcelar, o abstrato e o real.

Apoiada no evolucionismo-darwinista, e preocupada com a unidade biológica do homem, a Antropologia vem tentando dar conta da diversidade humana; mais que isto, ao enfatizar o debate sobre a relação natureza-cultura, aquela disciplina encontra meios à elaboração do fenômeno cultural dotando o segundo termo de formas reconhecidas como universalmente humanas e que se encontram contrapostas ao pólo da natureza. "Cultura é tudo que opoⁿdo-se a natureza (a mesma dicotomia sofisticada), não pertence ao comportamento inato — é toda atividade humana dotada de sentido ou comandada pelo intelecto"⁴⁵. Aproximando-se de autores contemporâneos, Sodré parece caminhar na mesma linha dos que entendem, que no repúdio a toda e qualquer ligação com o naturalismo se engajou a Antropologia do final do século. O espírito e a natureza passam a ser entendidos não apenas em si mesmos, mas como antítese a um universo biológico/natural — sem espírito e sem sociedade. Este tipo de Antropologia acaba por definir o Homem em oposição ao animal, a cultura em oposição à natureza⁴⁶.

Na tradição evolucionista, a cultura embora reconhecendo a diversidade — mas sem deixar de lado a universalidade — não vê nela senão fases de um mesmo processo que tem como carro-chefe a civilização ocidental; a moderna Antropologia ou a Antropologia herdeira do estruturalismo, mesmo opondo-se de forma contundente ao evolucionismo e ao racismo doutrinário do final do século

XIX (fundado em um conceito universalista da cultura), ainda em -
contra restrições em seus paradigmas explicativos.

Segundo Lévi-Strauss a cultura define-se pelo seu cará-
ter de código, isto é, como um princípio de ordenação classifica-
tório ou em outras palavras, ao aproximar código cultural e cód-
go linguístico, ou língua e cultura, pensa esta trajetória como
condição de entendimento do universo cultural à luz da teoria da
comunicação; e muito embora a idéia de código não se desvincule
da idéia de tensão, movimento, transformação, o estruturalismo de
le privilegia suas articulações lógicas através do jogo binário
das oposições. Para Sodré, o 'aqui e agora' do grupo observado
(do Outro observado), acabam dando lugar 'à razão formal do obser-
vador'.

Na busca de uma perspectiva de análise que incorpora e
questiona categorias do Conhecimento, parece ajustar-se a análise
de Sodré acerca do universo cultural afro-brasileiro. Com base na
idéia de que a cultura sempre encontrou sua interpretação em fun-
damentos oriundos da própria Lógica ou na Razão ocidental (de tra-
dição judaico-cristã), o autor procura desvendar suas ligações in-
ternas trabalhando com insistência sobre os conceitos de aparên-
cia, sedução, jogo, regra, etc. Como foi visto anteriormente —
e de posse destes conteúdos explicativos — a cultura negra ganha
concretude e especificidade tornando-se portadora de característi-
cas particulares capazes de diferenciá-la e distinguí-la, co-
mo por exemplo: a troca, a resistência, o jogo, a sedução, o ri-
tual, entre outros. Adequa-lhe com mais propriedade a visão de
uma cultura de diferença, de sedução: "como estratégia das aparên-
cias — os gestos, os cantos, o ritmo, a dança, as comidas, todos
os elementos simbólicos, se encadeiam sem relações de causa e
efeito (não há um signo determinante), mas por contiguidade, por

contato concreto e instantâneo"⁴⁷.

NOTAS

1. Trechos do artigo "O Sete de Julho" de Neuza Maria Pereira, sobre o Ato Público que cria o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, Julho/Agosto, São Paulo, 1978.
2. Trata-se do artigo "25 Anos Depois", publicado In: FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado, São Paulo, Hucitec, 1977.
3. FERNANDES, Florestan. "25 Anos Depois". In: Circuito Fechado, São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 85, 86 e 87. (grifos do autor).
4. Ver a este respeito: FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, São Paulo, Dominus, volume II, 1965.
5. FERNANDES, Florestan. "25 Anos Depois, op. cit., p. 75.
6. Ver a este respeito: FERNANDES, Florestan. A Sociologia Numa Era de Revolução Social, Rio de Janeiro, Zahar, 2ª Edição, 1976, especialmente capítulo 7; D'INCAO, Maria Angela (organizadora). O Saber Militante: Ensaio Sobre Florestan Fernandes, São Paulo, Paz e Terra e UNESP, 1987; CONH, Gabriel. "Padrões e Dilemas: O Pensamento de Florestan Fernandes". In: MORAES, Reginaldo e outros (organizadores). Inteligência Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1986.
7. FERNANDES, Florestan. "25 Anos Depois", op. cit., p. 74.
8. Joel Rufino, Lélia Gonzales, Clóvis Moura, Helena Theodoro, Maria de Lourdes Teodoro, Muniz Sodré, Carlos Hasenbalg, Dalmir Francisco entre outros, poderiam ser lembrados como autores preocupados em desfazer interpretações correntes da Antropologia, da Sociologia e mesmo da História, que vêem a população negra como incapacitada e passiva para reagir diante de situa

ções de dominação e conflito. Em lugar de objeto, o negro passa a ser entendido como sujeito ativo de seu próprio processo histórico.

9. Entrevista de Oswaldo Rafael Pinto Filho, Fundador do MNU, em 27/05/1984.
10. SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 81.
11. A extensa bibliografia sobre o Colonialismo encontra um ponto de vista bastante importante no que se refere a suposta desigualdade das raças, em seus aspectos genéticos. Em "Raça e História", Lévi-Strauss mostra que a contribuição dos diferentes troncos raciais para a História das civilizações se dá muito mais pela cultura, do que pelas diferenças genéticas contidas nos grupos branco, negro e amarelo. As civilizações segundo ele, fundam-se sob a marca da diversidade.
12. SEYFERTH, Giralda. "A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: A Tese de João Batista de Lacerda". Revista do Museu Paulista, XXX, São Paulo, s/s, p. 83.
13. Apesar de não utilizar os termos ariano e mulato, sua teoria prevê também o desaparecimento de índios, mestiços de índio e branco, caboclos e gaúchos.
14. SEYFERTH, Giralda. "A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: A Tese de João Batista de Lacerda", op. cit., p. 93 e LACERDA, João Batista de. Sur les Métis au Brésil, citado por Seyferth no referido artigo.
15. SEYFERTH, Giralda, "A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: A Tese de João Batista de Lacerda", op. cit., p. 97.
16. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 239.
17. MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), São Paulo, Ática, 1980, p. 28.
18. FREYRE, Gilberto. "Prefácio à Edição". In: Casa Grande & Senzala, Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª Edição, 1981, p.1x.
19. RIBEIRO, Darcy. "Gilberto Freyre". In: Ensaios Insólitos, Porto Alegre, L&PM, 1979, p. 70.

20. RIBEIRO, Darcy. Ensaio Insólitos, op. cit., p. 65.
21. RIBEIRO, Darcy. Ensaio Insólitos, op. cit., p. 96. Cf. In: FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, Rio de Janeiro, José Olympio, 2^a Edição, 1981, p. 464.
22. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, op. cit., p. 243.
23. Em "O Negro no Mundo dos Brancos", Fernandes diz que a questão étnica brasileira acha-se submetida à supremacia branca; ela, com sua forte pressão integracionista, não abre espaço para manifestações de conteúdo político. "Essa pressão é intransigente e monolítica, embora quase sempre se justifique em nome da 'integração nacional' ou da 'democracia racial' e da 'democracia cultural'. Ela faz parte da complexa herança do mundo colonial (pois nasceu e foi aperfeiçoada no trato com o índio, com os escravos negros e com os mestiços, em condições nas quais eles constituíam maiorias hostis, firmando-se como um 'perigo público' para a ordem escravista) e foi aperfeiçoada posteriormente, por imposições dos novos contingentes nacionais, trazidos com a imigração, e dos vários deslocamentos internos de populações mestiças". In: FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos, São Paulo, Difel, 1972, pp. 273-274.
24. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 246.
25. IANNI, Octávio. "Diversidades Raciais e a Questão Nacional". In: Raças e Classes Sociais no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 3^a Edição, 1987, p. 338.
26. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, op. cit., p. 18.
27. IANNI, Octávio. "Diversidades Raciais e a Questão Nacional". In: Raças e Classes Sociais no Brasil, op. cit., p. 338.
28. VIOTTI, Emilia da Costa. "Prefácio à Segunda Edição". In: Da Senzala à Colônia, São Paulo, Ciências Humanas, 1982, p. LIV.
29. MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala, São Paulo, Ciências Humanas, 1981, p. 14.
30. Ver a este respeito: PIERSON, Donald. Negroes in Brazil, especialmente Introdução de Robert Park. Chicago, University of

Chicago Press, 1942. Ainda segundo Pierson, o significativo centro de pesquisas em que se transformou a Universidade de Chicago, contava com a colaboração de A. R. Radcliffe-Brown, Louis Wirth e especialmente com a contribuição de Robert Park. Sobre os projetos norteadores do trabalho de Donald Pierson, consultar: CORRÊA, Mariza. História da Antropologia no Brasil (1930-1960), São Paulo, Vértice, vol. 1, 1987.

31. Cf. PIERSON, Donald. "A Situação Racial Brasileira". In: Teoria e Pesquisa em Sociologia, São Paulo, Melhoramentos, 6ª Edição.
32. PIERSON, Donald. "A Situação Racial no Brasil", op. cit., p. 311.
33. CORRÊA, Mariza. História da Antropologia no Brasil, op. cit., p. 21.
34. HARRIS, Marwin. Raza y Trabajo em América, Buenos Aires, Siglo Viente, 1973, p. 101.
35. BASTOS, Élide Rugai. "Um Debate Sobre a Questão do Negro no Brasil (A Revista Anhembi e a Questão Racial)", mimeo., Comunicação apresentada no Encontro de Pesquisadores da UNESP, Araraquara, Maio de 1988.
36. BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, UNESCO/Anhembi, 1955. In: BASTOS, Élide Rugai, "Um Debate Sobre a Questão do Negro no Brasil (A Revista Anhembi e a Questão Racial)", op. cit., p. 7.
37. Cf. Revista de Antropologia 26 (1983).
38. HASENBALG, Carlos A. "Anotações Sobre a Classe Média no Rio de Janeiro", Revista de Antropologia 26 (1983), p. 54.
39. Estas últimas observações fazem parte de debate realizado com o autor, durante o curso "O Negro e as Relações Raciais", promovido pelo Grupo Negro da PUC/SP, São Paulo, 1986.
40. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, op. cit., p. 76.
41. Idem. op. cit., p. 77.
42. Para esta discussão consultar ainda comunicações apresentadas

no curso "Conscientização da Cultura Afro-Brasileira", realizado pelo IPEAFRO (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros) e PUC/São Paulo, especialmente: RUFINO, Joel. "História do Negro no Brasil"; THEODORO, Helena. "Cultura, Religião e Identidade Nacional" e TEODORO, Maria de Lourdes. "A Identidade Negra no Espectro das Cores". São Paulo, Agosto/Setembro, 1984.

43. SODRÉ, Muniz. A Verdade Seduzida, Rio de Janeiro, Codecri, 1983, p. 124.
44. Idem. op. cit., p. 35.
45. Ibidem. op. cit., p. 34.
46. Ver a este respeito: MORIN, Edgar. O Enigma do Homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1979; MOSCOVICI, Serge. Sociedade Contra Natureza, Petrópolis, Vozes, 1975. Para estes autores, o conjunto das Ciências Sociais tem desenvolvido um esforço incomum de promover o afastamento do Homem de tudo que possa ser lembrado como seu passado 'natural'. A sociedade aparece como coroa-mento de um fim que ela mesma se propõe, isto é, afastar-se da barbárie, do instinto, da ausência de regra.
47. SODRÉ, Muniz. A Verdade Seduzida, op. cit., p. 178.

2. RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS

2.1 REBELIÕES E REVOLTAS

A relevância e a especificidade com que o tema sobre rebeliões, revoltas e levantes negros é tratado pelos mais diferentes especialistas, não elimina dificuldades e perigos de generalizações que por vezes cercam esses estudos. As ressalvas em se admitir que processos paralelos ocorrem entre sujeitos alvo da exploração, dominação e discriminação, e que esses mesmos sujeitos encontram saídas, às vezes inesperadas, para suas situações, implica, em primeiro lugar, como lembra Mattoso, numa tomada de posição intelectual. Acompanhar cada passo e cada momento da vida do escravo foi sua opção em 'Ser Escravo no Brasil'.

Por não estarem seus pressupostos suficientemente delimitados e prescindirem de conceitos capazes de dotar os grupos oprimidos de dinâmica própria, expressões como resistência e resistência negra promovem polêmicas, controvérsias e sérias divergências entre os autores. Em outras palavras, para o caso da resistência negra, por exemplo, a própria história negra seria a história da resistência em suas várias dimensões. Opondo-se ao cativeiro, à opressão e a discriminação, o contingente negro teria criado condições de sobrevivência, condições essas, que extrapolando o período escravista podem ser detectadas ainda hoje.

Coube aos historiadores, privilegiadamente, a tarefa de levantar dados, pesquisar, periodizar, interpretar e montar um panorama dos atos individuais e coletivos da população negra em seu protesto cotidiano, permanente e nem sempre pleno de um alto grau de organização. Pode-se afirmar que essas formas de protesto

não chegaram a alterar, substancialmente, os modelos de exploração próprios das conjunturas econômicas, porém seus significados para a população negra são insubstituíveis¹.

Analisando o quadro onde inscrevem-se as formas de resistência negra, Mattoso chama a atenção para a resistência do escravo expressa por assassinatos, suicídios e pela preservação de traços culturais e religiosos; refúgios e revoltas são termos que designam movimentos de ida e vinda, de ser/não-ser do escravo em sua constante reação ao sistema.

Individualmente ou coletivamente a escravidão mescla-se de formas passivas e ativas de resistência. Nesta ótica, os cultos religiosos das nações africanas não poderiam ser vistos como sincretismos ou acomodações, mas como conquistas simbólicas necessárias à manutenção do grupo negro em sua diversidade; aprendendo a jogar com a referência dada pelo branco estabelece-se um paralelismo, que mantém o limite contraditório, entre o mundo do senhor e o mundo do escravo. "Cumprе rejeitar o termo frequentemente usado 'sincretismo' para descrever o exercício religioso dos negros brasileiros, pois trata-se de dois modos paralelos que não referem os mesmos valores. É perfeitamente possível a alguém ser, ao mesmo tempo, um bom cristão e um bom pagão, pois os dois sistemas religiosos são, um e outro, completos"².

Suicídios e fugas (individuais e coletivas), com incidências maiores ou menores, seja na cidade ou no campo e que variam de acordo com o ciclo econômico e a região do país, completam o complexo universo de resistência ao escravismo³.

Rebeliões negras deixam seus sinais na cidade de Salvador e no Recôncavo entre 1807/1809/1935, sendo deste último ano

o mais importante deles: o levante dos malês. Para Reis, não se ria, como se costuma pensar, uma rebelião de caráter religioso, mas um movimento herdeiro do ciclo de revoltas anteriores a 1835, que encontrou na fé muçulmana sua força organizativa. Religião e rebeldia acham-se entrelaçadas uma vez que o Islã, por si só, se apresenta como uma perspectiva social e política para os africanos. "Não porque tivesse desde sempre optado por uma revolução social, o que não é tão claro assim, mas porque propunha uma revolução nas vidas de seus seguidores. Tirava deles a vontade de ser escravos, impregnava-os de dignidade, constituía novas personalidades. Só na hora certa os líderes malês orientavam seus discípulos a transformarem o compromisso individual com a religião num compromisso com a rebelião armada coletiva"⁴.

Para Ianni e Moura, os movimentos que eclodiram no Abolicionismo representam possibilidades significativas de pesquisa. Privados pelas condições objetivas de reprodução de sua existência, os escravos não teriam — em função da alienação que os caracteriza — formas de organizar movimentos em moldes políticos. No entanto, ao se rebelarem contra a opressão, mesmo não tendo auto-consciência de sua condição, dotaram de significado político suas próprias ações. "Por conseguinte, ainda que fornecendo ingredientes políticos para o movimento, apesar de que todas as formas assumidas pelas tensões sociais, expressas no comportamento do escravo, propiciaram o substrato social para a ação dos abolicionistas, é inegável que a atuação daquele não teve nem pode adquirir imediatamente caráter político. Nota-se, contudo, que não teve, mas assumiu configuração política"⁵.

Do interior dos movimentos abolicionistas os dois autores buscam entender o significado dessas ações: mesmo que para eles esteja ausente o conteúdo político, em sentido estrito, am-

bos separam as causas que levaram o escravo a não ter consciência de sua condição, do papel que ele mesmo jogou na conquista da liberdade. Por outro lado, para Mattoso, na dualidade entre o uni-verso branco-negro/senhor-escravo permeado pelas relações de dependência que se interpõem entre os dois mundos, estaria o improvável caráter de rebelião dos movimentos escravistas. "Não houve rebeliões porque os laços de interdependência entre a classe dominante e os dominados impediram qualquer possibilidade de rebe-lião (...) Os escravos na verdade se rebelaram de uma outra maneira, que eu chamo de insurgência silenciosa, desenvolvendo um mecanismo de resistência contra o mundo branco e construindo um próprio"⁶.

A população negra, capaz de resistir às adversidades impostas pelo regime escravista, fez desse esforço um vigoroso exer-cício de manutenção de suas raízes culturais e históricas. Neste sentido, ela entra para o domínio da sociedade de classes, a partir dos movimentos sociais desencadeados desde os anos 30, demons-trando determinação para denunciar o quadro da dominação e da o-pressão; é dentro desta perspectiva, que o Movimento Negro se afasta dos outros movimentos sociais, primeiramente por ser porta-dor de uma história de resistências e, segundo, por já ter seu componente político explicitado quando o processo que conjuga cidadania e etnicidade surge através do Movimento Negro dos anos 30.

2.2 SÃO PAULO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MEIO NEGRO

O processo de constituição da classe trabalhadora brasi

leira encontra em São Paulo condições favoráveis à sua expansão. Marcada por oposições entre nacionais e estrangeiros, a problemática racial se evidencia, de forma mais aguda, por meio dos conflitos entre imigrantes e negros descendentes de escravos.

O 'boom' cafeeiro ao final do século XIX traz um visível desenvolvimento econômico, político e demográfico: a diversificação das atividades econômicas oriundas do café proporciona a expansão da rede bancária comercial, ao mesmo tempo que a urbanização passa a ser uma necessidade. Com a chegada de grandes levas de imigrantes estrangeiros ela transforma-se, em breve espaço de tempo num pólo de importância vital, possibilitando a observação e a análise de fenômenos característicos da formação da sociedade de classes.

Tendo como base dados quantitativos do período e procurando dispô-los e compará-los, ressalvadas as dificuldades, Maran afirma que de 1890 à 1920 "(...) no mínimo, os imigrantes e seus filhos brasileiros constituíram a maioria da classe operária urbana em São Paulo e Santos, e uma grande parte do proletariado do Rio de Janeiro"⁷. Dos 3.390.000 imigrantes que entraram entre 1871 e 1920, 1.373.000 eram italianos, os portugueses 901.000 e os espanhóis 500.000⁸. Segundo Singer, a cidade cresce entre 1890 e 1900, 268%, passando em 10 anos de 64.934 habitantes para 239.820⁹.

É notável a presença de italianos e a cidade, que até o final do século era um centro praticamente inexpressivo, ganha deste contingente sua singularidade, refletida na arquitetura, no comportamento e nos hábitos da população. Marcada por um clima de euforia e deslumbramento e não sendo exclusividade sua, mas da maioria das cidades do mundo ocidental, "(...) os primeiros anos

do século atual caracterizam-se em parte por uma exuberância infantil; por concepções ingênuas de 'felicidade' e refinamento cultural, e pela crença ingênua de que estas coisas eram as inevitáveis consequências do êxito financeiro em um mundo de oportunidades cada vez mais numerosas e compensadoras"¹⁰.

A construção de São Paulo encontra marcas nas discriminações e preconceitos que se estabelecem entre brasileiros e imigrantes. Estimulados pelas teorias de branqueamento que rondam as elites, além de partidários da política imigrantista, empresários e industriais do início do século, tenderão a considerar brasileiros em geral, e negros em particular, como inferiores. A decorrência natural deste tipo de política é a escolha do trabalhador estrangeiro em detrimento do nacional. "Estando o operário brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentido de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele"¹¹.

O período inicial de formação da classe trabalhadora brasileira, impulsionada pelos movimentos operários, igualmente insere-se à história de São Paulo. Se por um lado, fica fácil perceber a estratégia de preferência dos empresários à mão-de-obra imigrante, por outro, com excessivo rigor serão tratados, estes mesmos trabalhadores, quando da eclosão dos primeiros movimentos grevistas. A tática de opor estrangeiros entre si, e estes entre os nacionais, aliada a Lei de Expulsão dos Estrangeiros constituem também instrumentos eficazes, que tem por meta desarticular os passos iniciais da organização sindical¹².

Estas considerações são importantes por pontuarem aspectos de relevância na trajetória dos movimentos negros dos anos

30. De maneira próxima ou remota, o anarquismo, a fundação do Partido Comunista em 1922, as greves de 1917-1919, são momentos significativos para o contingente negro recém-saído do trabalho escravo.

No entanto, a não alteração do padrão ou modelo das relações raciais após 30 acaba permitindo, segundo Fernandes, a criação de dois dilemas que deverão ser enfrentados pela própria sociedade. De um lado, a necessidade imperiosa de que negros e mulatos fossem incorporados aos limites da nova ordem, apesar da situação de extrema miséria em que se encontravam, e de outro, a associação entre cor e posição social, o que terminava por excluí-los dos estratos sociais.

Preocupado com os destinos que poderia assumir a sociedade, ele relaciona a sobrevivência da ordem democrática à resolução dos impasses presentes na democracia racial. Seus fundamentos, colocados à prova não passam pelo teste, e são reprovados, pois, excluindo o ex-escravo de seus quadros, a própria sociedade impossibilitava o cumprimento dos pressupostos legais que lhe dão legitimidade. Como foi dito no capítulo anterior, o princípio da igualdade, que preside o exercício da cidadania, não poderia — em tese — se sobrepor a diferença das raças. Por isso, "enquanto o negro e o mulato não fossem plenamente absorvidos, a ponto de deixarem de contar como um setor deteriorado da coletividade e de serem positivamente aceitos como 'iguais', os princípios que ordenam e legitimam a ordem social competitiva não passariam de meras falácias — válidos para uns, inexecutáveis ou praticáveis às meias para outros"¹³.

Para o autor de 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes', o protesto negro inscreve-se neste quadro com as carac-

terísticas de uma 'revolução dentro da ordem', porque não tendo como objetivo a transformação das estruturas econômicas e sociais que fundam e dinamizam o sistema capitalista, negros e mulatos terminaram por questionar apenas uma de suas inconsistências. Em outras palavras, como legítimos 'campeões da ordem', as propostas colocadas pelo movimento negro dos anos 30 vieram demonstrar que a consolidação da ordem burguesa só seria possível através da inserção de todos os segmentos sociais, em seus mecanismos de funcionamento. De todo modo, esta luta não poderia ter vindo com outras roupagens: recém-saído da escravidão, competindo e perdendo para o imigrante as oportunidades de trabalho, o negro descobre que sobre outro prisma se ordena a sociedade competitiva. Mais que isto, não podendo contar com a presença do senhor ou do branco, que até então desempenhava algum tipo de influência na formação de seu universo simbólico, o negro, gradativamente, atenta para o sucesso econômico alcançado pelo grupo imigrante; o paternalismo deverá ser substituído pela noção de que ascender na escala social depende, igualmente, de aprendizado e de condições psicossociais específicas.

A partir destas considerações é que os movimentos sociais no meio negro ou as preliminares da Segunda Abolição podem ser pensados, já como protesto histórico e em torno de determinados fatores: primeiro, ao contexto de inquietações e esperanças presentes em 1930; segundo, ao conjunto dos movimentos de tomada de consciência, de crítica e repulsa ao destino que foi reservado ao negro; terceiro, à uma rebelião, que possuía o caráter de 'protesto', de inconformismo ou de insubordinação ao sistema de relações raciais; quarto, à aceitação da 'nova ordem', enquanto tal, propondo apenas que ela valesse para todos. "Esses movimentos merecem tal atenção porque promoveram uma extensa agitação, elaboraram a primeira tentativa de desmascaramento sistemático do mito

da democracia racial brasileira e constituíram uma contra-ideologia racial, coerente com os fundamentos legais da ordem democrática burguesa"¹⁴.

A rápida urbanização que permite a São Paulo, ao se tornar um centro industrial e comercial, alterar seu traçado, seus hábitos e suas relações de trabalho, reserva ao negro posições inferiores na rede de emprego. Ele vai ser co-habitante de cortiços em bairros do centro ou isola-se em regiões periféricas; refletindo-se essa situação num certo tipo de isolamento cujas consequências, apontadas anteriormente, dizem respeito ao distanciamento da imagem e da ação do senhor, inversamente, ele se aproxima de grupos de imigrantes e entra em contato com o clima de efervescência política vivido pela cidade:

A conjugação de todos esses elementos sugere o que ficou conhecido em 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes', como desilusão coletiva; caracterizada por uma forte apatia, ela se manifesta pela descrença que o ex-escravo teria depositado na liberdade em seus momentos iniciais de convívio com a nova sociedade. O drama da raça negra pode ser observado pela fuga ao trabalho, pelo desespero, pela busca de refúgio em bares e botequins, e pela compreensão de que ascender nas escala social implica num doloroso processo de ressocialização.

Será em torno desta realidade, que o negro deverá desencadear uma verdadeira revolução moral para vencer este estado de desilusão coletiva, se equiparar ao branco e vencer a discriminação racial. Ele descobre que ascensão e preconceito caminham juntos: à sociedade, tomada de maneira geral, cabe aceitá-lo (busca-se a assimilação), e ao negro (enquanto grupo discriminado étnica e socialmente), compete não questionar, mas provar sua capaci-

dade de integração.

A análise de Fernandes procura articular ainda a dinâmica e os objetivos dos movimentos negros, à conjuntura de transformação vivida pela sociedade. Essa alteração vai trazer para o cenário político seu ator principal: a classe trabalhadora. Ela, desde seu início, mostra-se uma opositora contundente ao sistema recém-instalado, mobilizando e organizando os trabalhadores em torno de suas reivindicações; nestes termos, os movimentos negros não teriam conseguido êxito, sem a influência do clima de mudanças que caracteriza o período, porém, por caminhos diversos, o movimento operário formula um projeto político que questiona a ordem estabelecida e pretende alterá-la radicalmente, enquanto os movimentos negros buscam aparar as arestas desta mesma sociedade para nela se incorporar.

Vale assinalar, que não são desconhecidas as formas de tratamento dispensadas pelas elites brasileiras, quando se trata de dialogar com reivindicações e protestos das mais diferentes ordens, e de reconhecer a necessidade de discutir os problemas sociais com seriedade. No período anterior a 30, a chamada questão social já envolvia movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e pela redução da jornada. As greves de 1917-1919, embora momentos de avanço do movimento operário, são entendidas pelos setores dominantes como 'questão de polícia'.

As principais lideranças industriais, originárias em sua maioria de oligarquias rurais, não haviam adquirido capacidade para o diálogo político e insistiam na delação, e na prática da repressão policial, para resolver os problemas oriundos da classe trabalhadora. Em outras palavras, a proximidade com o passado escravista havia-lhes conferido uma certa peculiaridade para tratar

com o operariado, na ausência de uma legislação reguladora das questões trabalhistas. "Como essa classe se encontrava vinculada a uma estrutura econômico-social; como era em boa parte um prolongamento da estrutura agrária no meio industrial em formação, ela não estava em condições de desenvolver um comportamento político em face do operariado, segundo requisitos internos do sistema industrial"¹⁵.

Portanto, tomando por base o processo de formação das classes sociais, em seus princípios constitutivos, e considerando que inúmeras dificuldades estão dadas para a reprodução de atitudes e comportamentos gerados no 'antigo regime', Fernandes não vê como o mito da democracia racial e o exercício puro e simples do autoritarismo possam sobreviver; eles devem ser elaborados na dinâmica social sendo o protesto negro um de seus sintomas.

Estas considerações apontam, por último, para conflitos e antagonismos que se encontram presentes na passagem de um regime pautado pelas relações de tipo escravista para o regime de trabalho livre. O país, que, até então, havia se estigmatizado por possuir em sua composição étnica descendentes de africanos, se vê obrigado a conviver com a denúncia do preconceito e da discriminação raciais. Se de um ponto de vista mais geral, estas ponderações atestam os dilemas presentes no processo de passagem de um regime à outro, para o contingente negro se põe mais uma dificuldade; não distanciado dos conflitos operários e do próprio debate suscitado por estas situações, lideranças negras organizam um movimento que lançará o negro no cenário político¹⁶. Por um lado, pesou sobre eles a carga de ter os meios brancos indiferentes aos seus movimentos de protesto e a esquerda não contemplando em seus programas a questão racial, e por outro, e isto é importante, esses movimentos surgem longe dos ismos, embora deles retire alguns

de seus fundamentos. "Forte orientação libertária, igualitária e fundamentalmente populista"¹⁷.

2.3 PASSADO E PRESENTE: A FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A sociedade brasileira, recém-saída da escravidão e ensaiando seus primeiros passos como detentora de uma estrutura que comportava a existência de classes sociais, carregava o peso de ver sua população fortemente marcada por um considerável contingente negro e mestiço.

Como já foi visto, os conflitos que daí resultam podem ser observados através da ação desencadeada pelos movimentos negros do período, especialmente pela Frente Negra Brasileira; indubitavelmente, a mais expressiva representação surgida durante a vigência da sociedade de classes, mesmo com seu forte apelo integracionista, vai terminar exercendo sobre a população negra um papel organizativo e mobilizador inegável. "Ela surge num clima de inquietações, pois desde 1927, vários grupos, tendo a frente 'O Clarim da Alvorada', vinham preparando o terreno para uma organização desse tipo"¹⁸.

A Frente Negra Brasileira sintetiza um trabalho anterior aos anos 30 — década de sua fundação — identificado a partir do 'O Menelick' (1915), primeiro jornal negro que se tem notícia. Através desta imprensa o protesto negro ensaia seus passos iniciais, até se consolidar como um movimento organizado e de gran-

des proporções.

Em 'A Imprensa Negra do Estado de São Paulo', Bastide analisa as ambigüidades e conflitos manifestos nestes primeiros jornais. Ao lado da presença de controvertidos temas como embranquecimento, miscigenação, formas de comportamento, etc, essa imprensa possui caráter de protesto por se constituir no espaço efetivo do negro dirigir-se a outros negros em função de problemas específicos. São órgãos educativos que permitem a denúncia do racismo em diferentes níveis e mesmo que se possa apontar sua vinculação com setores médios da população negra, para o autor, isto não lhes retira o papel de formadores e veiculadores de opinião de sua própria comunidade. "O preconceito pode tomar formas larvadas, nem por isto deixa de existir e mesmo que não exista, o negro crê senti-lo: terá pois que insurgir e o jornal lhe servirá para fazer ouvir o seu protesto"¹⁹.

A importância deste artigo atinge outros estudos e trabalhos²⁰. As três fases por ele assinaladas (a primeira entre 1915-1929, caracterizada por jornais que atribuem grande valor aos acontecimentos sociais; a fase de apogeu da Frente Negra Brasileira entre os anos 30/37, na qual se destaca 'O Clarim da Alvorada' e 'A Voz da Raça', e finalmente a terceira fase — 1937-1945 — marcada pelo silêncio, só ressurgindo com o regime democrático, por meio do 'Alvorada' e 'Senzala'), recobrem uma história onde o negro se transforma, transformando sua visão de mundo.

Para Moura, os jornais permitem acompanhar esta trajetória que ganha corpo através do tempo. Discorda de Bastide no tocante a ter sido a imprensa negra impulsionada por uma classe média ainda em formação; a solidariedade (mais do que uma consciência de classe média), o apoliticismo, e a formulação de um ideal

de negro brasileiro, diferente do afro-brasileiro dos dias atuais, são algumas de suas características. Isso pode ser percebido através das soluções encontradas para resolver dificuldades financeiras e econômicas. O ideal da imprensa negra, que nada mais era do que divulgar e discutir com a população negra, seus problemas e suas aspirações, pode ser resumido nas palavras de Raul Joviano do Amaral:

Todos contribuíram com duzentos réis ou um tostão, no máximo um cruzeiro, para que o jornal saísse. O jornal 'O Clarim da Alvorada', por isto mesmo, nunca teve caixa e, como o objetivo da imprensa negra era difundir na comunidade negra as suas idéias, os seus organizadores nunca procuraram organizações financeiras para ajudá-la. Também não procuravam os políticos da época. Sem ter praticamente anúncios, ela vivia da solidariedade da comunidade. Foi dentro deste espírito²¹ que a imprensa negra viveu quase vinte anos.

Não restam dúvidas de que a imprensa negra se consolidou como um instrumento capaz de modificar a consciência do negro. O protesto dos anos 30, por sua vez, ao agir organizadamente, desencadeou uma rígida e tensa campanha ao separatismo, levou aos negros o orgulho da raça e tentou a reeducação do branco em uma área crítica, isto é, aquela que dizia respeito a sua própria aceitação.

Pensar a organização dos movimentos negros do passado, sem levar em conta suas correntes políticas internas, pode representar um equívoco: eles não são homogêneos, bem como não supõem as mesmas soluções para os problemas; na formulação dos pontos programáticos, que envolveram de maneira mais direta os jornais

'O Clarim da Alvorada' e 'A Voz da Raça', podem ser encontradas inúmeras oposições e discordâncias, sendo que 'A Voz da Raça' com um teor mais radical, gradativamente, aproxima-se dos problemas ligados a constituição do negro enquanto cidadão. O jornal participava ativamente dos acontecimentos que mobilizavam a vida brasileira, manifestando opiniões bastante determinadas sobre a internacional comunista e, especialmente, contra o separatismo das raças²².

Inúmeras parecem ter sido as dificuldades que cercaram a consolidação política da Frente Negra Brasileira. Tendo sua ação enfraquecida pela impossibilidade de conseguir que a união da raça viesse a ser uma realidade concreta — de maneira não absoluta — a falta de estratégia e experiências políticas, a reação da sociedade branca, o tradicionalismo ou conservadorismo (retirado do modelo branco) e os violentos combates internos, poderiam ainda ser apontados como, alguns dos elementos, responsáveis pela sua desarticulação.

Mesmo que se possa admitir o fracasso desses movimentos, por várias razões, e sob a ótica de Fernandes, a eles poderia ser atribuída a responsabilidade pela modernização das relações raciais no Brasil. Primeiramente, eles se voltaram para a palavra de ordem igualdade de direitos, o que acarretou um interesse objetivo pelo conhecimento da realidade racial brasileira; segundo, a própria mobilização terminou por inserir o negro como elemento chave do debate em torno da resolução dos problemas raciais, o que pode ser considerado revolucionário, e terceiro, o protesto negro conseguiu ser ouvido. Propondo, por um lado, que a sociedade não fosse fechada para um contingente racial, e, por outro, tendo conseguido provar que os valores da ordem legal precisam ser identificados por todos os homens, indistintamente, embora in

tegracionista, os movimentos sociais no meio negro, sob esta perspectiva, conseguiram êxito.

A Frente Negra Brasileira requereu, e conseguiu, registro como partido político em 1936; o Estado Novo fechou-a em 1937, muito embora sob a presidência de Raul Joviano do Amaral, e com o nome de União Negra Brasileira, ela tivesse sobrevivido até 1938. Apesar da tentativa de sua reorganização, a União Negra Brasileira, não obteve por parte da população negra, o mesmo nível de engajamento e aceitação. Segundo o relato de Fernandes, parece que, nunca mais os segmentos negros conseguiram um grau de organização tão marcante e decisivo; indo além, ele assegura que apesar destas constatações, os movimentos sociais no meio negro permitiram que em sua dinâmica o negro viesse formular uma contra-ideologia racial de proporções invejáveis. Sua "(...) influência para o alargamento do horizonte cultural do negro subsiste e constitui, ainda hoje, o único ponto de referência coletivo, a ser oposto a outra certeza, reiteradamente afirmada e confirmada pelo branco, de que 'o negro não tem problemas' de natureza racial e de que, no Brasil, não há nem preconceito nem discriminação raciais"²³.

Um outro aspecto a ser integrado nestas considerações, diz respeito ao significado que a Frente Negra Brasileira continua desempenhando sobre a ação do Movimento Negro contemporâneo. Para suas lideranças, ela representa um momento concreto e real — não apenas pensado e idealizado — de organização da prática política dos segmentos negros. Trabalhando com a recuperação da resistência, esta experiência passada se põe como uma realidade a ser avaliada e entendida; cumpre retirar dela um nexo que possa unir e articular passado e presente para, a partir daí, estabelecer um vínculo histórico dos vários momentos da participação negra na história brasileira.

A capacidade e experiência dos mais velhos passa a ser profundamente respeitada e deixa para os dias de hoje um sinal positivo. A clareza de que outros tempos, outras realidades e outras vivências compõem o cotidiano da população negra não invalida, aos movimentos negros do presente, a tentativa de anexar, em seus princípios norteadores, o projeto passado como um dos componentes da luta racial.

A Frente Negra Brasileira tinha como ideologia trabalhar em função da elevação política e econômica do elemento negro. Posicionou-se por um regime democrático — Liberdade e Democracia — e definiu-se muito bem, nem para a esquerda, nem para a direita. Conseguiu reunir os negros desempregados e desorientados; cresceu muito chegando a provocar na sociedade paulista a idéia de que estava se criando um separatismo entre negros e brancos. Na verdade este separatismo já existia, porque os únicos lugares em que os negros homens encontravam trabalho era nas docas de Santos carregando mercadorias; na Light na construção de dormentes e na Estrada de Ferro Sorocabana, também para descarregamento. As mulheres, por sua vez, só trabalhavam como cozinheiras na Liberdade, Campos Elíseos, Avenida Angélica, Santa Casa, bairros de moradia dos brancos ricos.

Com vários Departamentos (Feminino, de Educação, Esportivo, Musical, de Cultura, Social), em 1935 a Frente Negra requereu ao Supremo Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro, seu registro como partido político. O Tribunal aprovou e passaram a atuar três partidos em nível nacional: Partido Integralista Brasileiro, Partido Comunista e Partido Frente Negra Brasileira. Os demais eram de atuação regional.

A Frente Negra tinha este título porque era dirigida por negros, mas participavam todos aqueles que quisessem participar: negros e brancos. Agora, a direção era nossa porque nós éramos os fundadores. Muitos brancos entenderam nossa linguagem, lutaram conosco e morreram com a gente. Desta forma, nós não poderíamos deixar

de lado estes nossos irmãos e criar uma separação de raça, de cor. Esta foi sempre a tese da Frente Negra: negros e brancos irmanados sob o mesmo princípio, a mesma linguagem podendo criar para nós (negros), uma situação privilegiada. Este é um país de gente colorida de diversos matizes e de diversas cores; este país tem possibilidade de grandes coisas²⁴.

A Frente Negra Brasileira se formou como um movimento social, com uma raiz popular e uma ação de base calcada no assistencialismo; para os anos 30, se torna possível pensar numa leva de ex-escravos que saem de seus locais de trabalho, vêm para a cidade e encontram uma entidade negra que através de seu Departamento Social busca alocá-los em determinadas funções como empregadas domésticas, costureiras, etc. Isto teve um peso muito forte na consciência da população negra daquele período, pois impediu que ela morresse à míngua ou por meio de formas de morte como o alcoolismo, etc. É uma ação política que tem caráter de reforma, mas importante no sentido de garantia da sobrevivência. Um movimento, uma associação negra com 60.000 associados em condições precárias é algo de muito peso. O movimento de 30 é mais populista que popular, e a Frente Negra Brasileira chega a ter um racha em seus quadros, especialmente com aqueles companheiros comprometidos com a luta socialista, que saem da Frente Negra e passam a constituir o braço a esquerda do Movimento Negro da época.

Ao pensar este amplo processo, nós vamos verificar que o Movimento Negro ressurgiu em 78 como uma entidade de caráter nacional, organizado em várias cidades, com uma carta-programa, com uma perspectiva e uma certa visão social fortemente vinculada as lutas por democracia e as lutas operárias (Comitê de Greve, Mobilizações do Custo de Vida, etc). O Movimento Negro Unificado ressurgiu em 78, através da sigla MNU, como uma continuidade da luta de resistência do negro²⁵.

A Frente Negra Brasileira congregou a comunidade negra na luta por sua efetiva integração na sociedade de classes chegando a integrar 60 mil associados (o ABC Paulista possui, hoje, cerca de 100 mil trabalhadores organizados). A F. N.B. criou uma contra-ideologia racial, reafirmando as contribuições da comunidade negra na construção do Brasil e cobrando seus direitos ao trabalho às oportunidades que eram legadas, no papel, para todos, mas eram negadas na prática, para o conjunto dos oprimidos principalmente os negros²⁶.

Mesmo contando com experiências de luta as mais diversificadas, parece que o negro, a partir dos anos 30, consegue criar uma forma bastante própria de relação com seu passado. Posto frente a frente com a prática da discriminação e do preconceito raciais, de maneira geral ele procura preservar, de forma intransigente, o que lhe foi possível acumular, construindo um mundo extremamente fechado, sob os rígidos padrões morais da sociedade burguesa. Esta parece ser a realidade encontrada junto à uma nascente classe média negra, dos anos 50/60, que segundo Fernandes, não pode permanecer sem alterações, por muito tempo; esse mecanismo terminou redundando num "(...) isolamento racial penoso, porque o problema não era só de classes, mas também de raça"²⁷.

Finalmente, do ponto de vista político, e em função do avanço do capitalismo, as propostas vigentes em 30 tornaram-se inadequadas. Para o autor de 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes', a influência dos movimentos negros norte-americanos, o radicalismo dos poetas negros e a própria Negritude darão o tom sobre o qual se desenhará o perfil dos movimentos negros dos dias de hoje. "Os intelectuais e os militantes negros mais radicais já possuem a intuição desse fato provável. Por isso, não retomaram os objetivos e os valores dos antigos movimentos negros. Respei-

tam-nos e os cultivam como parte da memória negra, porém interrogam o presente e o futuro próximo para definir suas posições"²⁸.

2.4 IDEOLOGIA NEGRA: 'RAÇA', 'NEGRO', 'NEGRITUDE'

Ao lado de elementos que podem ser fundantes do protesto racial negro — conjuntura econômica e política, transformações históricas e sociais, etc — vai recair, no entanto, sobre seu componente étnico um papel determinante e, ao mesmo tempo, de difícil delimitação.

Para o Movimento Negro dos anos 70 o reconhecimento e a reordenação do fator étnico constitui uma de suas especificidades. Ele é pensado como um elemento, que, podendo ser incorporado e reelaborado, oferece ao contingente negro condições de criação e recriação das formas de resistência, de visões de mundo e de inserção na sociedade concreta.

A revisão do caminho que aproxima e afasta o negro de suas origens étnicas, mais uma vez, exige o retorno aos anos 30 onde, no apogeu dos movimentos sociais no meio negro, negros e mulatos buscaram se aproximar dos padrões de comportamento postos e impostos pela sociedade branca. Mesmo que os objetivos essenciais estivessem dirigidos à uma possível equiparação com aquelas normas de conduta, ou mesmo que tentassem superar seus impasses, quem define os rumos da 'ressocialização do negro', ex-escravo, defrontando-se com problemas que dizem respeito à sua sobrevivên

cia enquanto grupo étnico diferenciado e enquanto parte da população brasileira, é até certo ponto, a ideologia 'branca'. Parece interessante observar que mesmo na análise de Fernandes, onde os pressupostos fundantes da sociedade de classes, em alguma medida, colocam-se como elementos essenciais à compreensão da trajetória negra, mesmo assim, ele reconhece que, apesar dos impasses, o negro "(...) rejeitou a imagem do 'preto' ou do 'homem de cor' e o destino que lhe foi dado atingir na fase formativa e de expansão da sociedade de classes"²⁹.

A articulação simbólica que o negro elabora em relação ao preconceito, e ao papel que ele desempenha como mecanismo a ser enfrentado e vencido, pode ser observado em torno do processo de construção ideológica, denominado 'ideologia negra'. Via de regra, as posições diante do preconceito podem ser de duas ordens, isto é, sua aceitação, mesmo que passiva, viria indicar, diante de outro negro, a internalização de valores e objetivos comuns no mito da democracia racial, e, inversamente sua negação terminaria implicando na construção de uma prática social, nem sempre possível de ser exercitada.

Historicamente o uso dos termos 'negro', 'preto' e 'raça' acompanham um processo lento e demorado que corresponde, em certa medida, ao caminho histórico percorrido pelo contingente negro. Uma retrospectiva breve indica que os primeiros jornais negros usavam a expressão 'homem de cor' referindo-se aos próprios negros, e somente após a fundação do 'A Voz da Raça' é que aqueles adjetivos ganham cores mais definidas, passando a conter a palavra 'raça' o sentido e a forma de um negro dirigir-se a outro. 'Ele é da raça',³⁰.

Mesmo assim, tudo indica que, são relevantes as dificul-

dades encontradas pelo negro para elaborar um discurso, no qual ele pudesse e/ou viesse a situar-se como grupo étnico portador de distinções históricas e culturais. A admiração do ideário hitlerista, expressa no jornal 'A Voz da Raça', reflete, por exemplo, algumas das contradições iniciais encontradas pela organização negra no sentido de definir sua própria especificidade. De todo modo, o negro inicia sua caminhada em direção à si próprio. Para Moura, no entanto, esse procedimento antes de ser criticado merece consideração especial, pois, segundo ele, contrariamente à uma oposição ao colonialismo e racismo, bases daquela ideologia, o que ocorre é uma super valorização da 'raça' levada ao extremo. Esta estratégia tem a vantagem de acabar operando uma verdadeira inversão na forma de ser do negro, pois ele consegue "(...) numa reviravolta ideológica, auto-afirmar-se psicologicamente. E isto a imprensa negra de São Paulo consegue refletir em suas páginas. O conceito de 'raça' é sempre usado como motivo de exaltação da negritude dos promotores dessa imprensa"³¹.

A fase de exaltação da 'raça', presente de forma mais incisiva a partir dos anos 30, será atenuada com o reaparecimento do negro, já com sua experiência como sujeito político, no período 45/48. A Associação do Negro Brasileiro e seu órgão de divulgação 'Alvorada', representam um reordenamento do debate racial em uma fase de maior democracia para a discussão das questões negras. Este é segundo Ferrara, o terceiro período da imprensa negra; compreendido entre os anos de 1945 e 1963, pelo menos em seu início, significa um momento de reflexão do negro colocando-se como grupo minoritário em relação à sociedade brasileira. Foi ainda um momento de revisão do que haviam produzido, até aquele instante, seja em termos de reivindicação, conscientização ou mesmo participação. Raul Joviano do Amaral, referindo-se à Associação do Negro Brasileiro, mostra "(...) que não é a primeira tentativa, certamente

não será a última, a que no momento se verifica em todos os quadrantes do país — mas especialmente em São Paulo — em torno da unificação dos anseios do Negro Brasileiro, unificação de pontos essenciais: de seu programa de valorização, autovalorização e integração na sociedade brasileira"³².

Sob outro prisma, a linguagem literária e poética oferece uma interessante via de observação da Negritude. Universo carregado de dor, sofrimento e esperança, nela escritores e poetas procuram retratar as infindáveis formas de transmutação cultural sofrida pelo negro, especialmente, durante o período de dominação colonial. Para o caso brasileiro, ao lado da riqueza expressa no período 45/48, deve ser acrescentada, a criação do Teatro Experimental do Negro que tem como figura central Abdias do Nascimento, além da divulgação da poesia de Solano Trindade — poesia de resistência e americanidade³³. Ele estimula o surgimento do Teatro Popular Brasileiro, tendo sido o "(...) grande animador da negritude popular que fundia reivindicações dos negros aos problemas fundamentais das lutas de classe"³⁴.

Desta forma, sobre o que ficou conhecido como Movimento da Negritude, poderá ser visto o caminho através do qual o negro se redefiniu como sujeito e como grupo; por meio dos planos histórico, social, político, cultural e literário e com a abrangência de um movimento que nasce em oposição ao colonialismo, poetas, líderes revolucionários e pensadores, a ele se engajam em diferentes níveis.

Lançado na França em 1932, através da Revista 'Légitime Défense', um grupo de ativistas antilhanos procura mostrar ao mundo o grau de exploração a que são submetidos os trabalhadores negros. Tendo como característica básica o pluralismo, além de uma

visão multiforme do que deveria ser o movimento em favor da Negritude, a Revista 'L'Etudiant Noir', de 1934, à ela imprime um eixo mais cultural que político. Seus fundadores, os poetas Leopold Senghor (Senegal), Aimé Césaire (Martinica) e Leon Damas (Guiana Francesa), terminarão definindo o que venha a ser este movimento de recusa à tudo aquilo que o processo colonial expropriou em relação a sua cultura e a sua própria identidade. Césaire a define nos seguintes termos:

Minha negritude não é nem torre nem catedral
 ela mergulha na carne rubra do solo
 ela mergulha na ardente carne do céu
 ela rompe a prostração opaca
 de sua justa paciência³⁵.

Em 1948, Sartre escreve o prefácio à 'Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de Leopold Senghor'. Considerando um texto clássico sobre o tema, nele o filósofo atribui aos poemas negros a peculiaridade de serem portadores de elementos próprios, necessários à recondução da alma negra para suas origens e sua identidade. A poesia permite, nestes termos, criar, não só, os termos e as bases para a reconstrução da identidade deteriorada por meio da colonização como contém pressupostos essenciais à tomada de consciência do processo de dominação cultural a que foi submetida a raça negra. A poesia se torna uma arma. "A Negritude como liberdade, é ponto inicial e termo final: trata-se de passar-la do imediato ao mediato, de tematizá-la. Portanto, no tocante ao negro trata-se de morrer para a cultura branca a fim de renascer para a alma negra, assim como o filósofo platônico morre para o seu corpo com o fito de renascer para a verdade"³⁶.

Mesmo considerando como positivo este racismo anti-racis

ta, para Sartre ele se constitui em momento de negação, momento necessário, mas não definitivo. Instante de reencontro da 'alma negra', supõe uma volta ou a busca de uma essência roubada pelo branco, ser superior, imbatível. Desta maneira, opor-se ao tipo de relação branco-negro, mediada pelo colonialismo, significa realizar esse duplo movimento de redescoberta e negação.

Incisivamente Fanon resiste a interpretação feita por Sartre. Para ele, a Negritude deve ser instrumento e arma do processo de libertação colonial; há que ser travada uma luta concreta em face da opressão do homem pelo homem e não apenas das raças pelas raças. Mais que isto, refazer o negro a partir de sua ancestralidade ou de sua essência poderia significar uma forma de inibição ou de impedimento de sua condição humana. A realização da humanidade plena e da luta política para o homem negro, se daria com este mesmo homem não assumindo qualquer tipo de responsabilidade pela escravidão, pelo passado ou por uma história que o origina. Ele deve ultrapassar o seu próprio Ser.

Minha vida não deve ser dedicada ao balanço dos valores negros.

Não há mundo branco, não há ética branca, nem tampouco inteligência branca.

Há, de um lado e do outro do mundo, homens que procuram.

Não sou prisioneiro da História. Nela não devo procurar o sentido do meu destino³⁷.

A Negritude se mescla em uma série de propostas que acabam por fraturá-la. Bernd, mostra que 'Légitime Défense' e 'L'Etudiant Noir' já apresentam diferenças significativas e que o projeto desenvolvido por Leopold Senghor, à frente do Senegal, em muito difere do engajamento político preservado por Aimé Césaire.

"Tendo cumprido um importante papel de desmascaramento de um apregoado universalismo cultural dos povos dominadores e de abertura de possibilidades para as culturas ditas coloniais pleitearem reconhecimento em pé de igualdade, a Negritude conhecerá, desde cedo, críticas e opositores que irão repensar o movimento e propor alternativas"³⁸.

Porém, ela pode ser apanhada em um conceito plural distinguido entre negritude (com n minúsculo) e Negritude (com N maiúsculo). O primeiro referindo-se à constância da resistência negra, seja na organização de quilombos, na luta de independência do Haiti ou nas rebeliões e revoltas que marcam a história negra nas Américas. Nesta ótica, a negritude sempre existiu e continuará existindo, pois enquanto houverem negros discriminados e explorados a negritude será sua acompanhante permanente. Já a Negritude estaria ligada a um momento específico; ela tem aqui um sentido estrito, designando uma conjuntura de tomada de consciência dos impasses e problemas colocados à constituição da identidade negra a partir da dominação colonial.

Se a Negritude traz em seus primórdios uma vinculação entre raça e exploração econômica, já seu momento subsequente — representado por Senghor, Damas e Césaire — terá na cultura e na super valorização da raça negra seu pólo principal. Não são desconhecidas as críticas ao conceito que se assenta em última instância sobre o particular-concreto (raça), em detrimento do que seria fundamental, ou seja, o universal abstrato (classe).

Ao afirmar e reafirmar as particularidades de cada grupo determinado, a Negritude se opõe à solidariedade entre os oprimidos; não questionando a exploração maior a que estão sujeitos todos os trabalhadores, e limitando-se à luta pela igualdade de di-

reitos, acaba fornecendo aos exploradores um espaço significativo para a continuidade da exploração. "O fato de a Negritude, que foi concebida para se tornar um movimento de libertação do negro, chegar a reafirmar a ideologia do opressor foi o seu ponto de desequilíbrio e o alvo maior da crítica, que foi implacável na condenação de um movimento que não contribuiu para despertar 'uma consciência de ser objeto de exploração numa situação coletiva'"³⁹.

Evidentemente que com essa série de problemas e impasses, a chegada da Negritude ao Brasil não corresponde, na mesma medida, à uma homogeneidade de conteúdos e propostas. Em seu sentido lato, com n minúsculo ela esteve na origem dos quilombos, das revoltas, etc. O termo não se encontra presente quando da ocorrência dos Movimentos Negros dos anos 30, aparecendo como reivindicação específica dos afro-brasileiros em 1944, através do Teatro Experimental do Negro. Ao que parece, esta foi a porta de entrada da Negritude no Brasil; ao lado de sua expressão poética e libertária com figuras de peso e mais ligadas ao passado como Abdias do Nascimento, Solano Trindade e Edson Carneiro e, do presente, por meio de escritores ligados ao grupo QUILOMBOJE, a Negritude passa a influenciar várias manifestações de entidades negras e associações, até se consolidar como um verdadeiro ideário de princípios. Esse ideário nem sempre expresso na ação política do Movimento Negro dos anos 70, seguramente, será um fator de divergências e convergências profundas entre lideranças e militantes.

NOTAS

1. Para a compreensão da rebeldia negra em momentos históricos de terminados, consultar: GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio, Rio de Janeiro, Conquista, 1972; MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. São Paulo, Ciências Humanas, 1981; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser Escravo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982; REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil, São Paulo, 1986; MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e Escravidão, São Paulo, Brasiliense, 1987.
2. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser Escravo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 145.
3. Em Da Fuga ao Suicídio, José Alípio Goulart mostra, de forma pormenorizada, registros e relatórios sobre suicídios de escravos que segundo ele "é o mais trágico recurso de que se valeu o negro escravo para fugir aos rigores do regime que o oprimia...", op. cit., p. 123.
4. REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 139.
5. IANNI, Octávio. As Metamorfoses do Escravo, São Paulo, Difel, 1962, pp. 243-245. Ver ainda FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Kairós, 1983.
6. "Nossa Catderática em Paris". Entrevista de Kátia M. de Queirós Mattoso, JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 04/09/1988.
7. MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 15.
8. Cf. MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, op. cit., p. 13.
9. Cf. SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 2ª Edição, 1977, p. 47.
10. MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970, p. 276.
11. MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento

Operário Brasileiro (1890-1920), op. cit., p. 31. Consultar a este respeito: FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano, São Paulo, Brasiliense, 1984 e BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade, São Paulo, T. A. Queiroz. 1983.

12. A bibliografia sobre os conflitos operários do início do século, na cidade de São Paulo, é bastante extensa. Apontando para a existência dos conflitos étnicos na formação da classe trabalhadora: FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, Difel, 1983; DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difel, s/d; HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil, São Paulo, Global, 1982; MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
13. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, São Paulo, Dominus, 1965, vol. II, p. 2.
14. FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos, São Paulo, Difel, 1972, p. 266.
15. IANNI, Octávio. Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, p. 116.
16. Referências aos problemas relacionados à luta de classe trabalhadora composta de contingentes branco e negro, podem ser vistas no jornal de tendência anarquista 'A Lanterna'. Nele se encontram denúncias às condições de trabalho, à exploração indistinta de negros e brancos; sua proposta, para todos os segmentos sociais e étnicos, é a conquista da liberdade. "Irás qual novo abolicionista de cidade em cidade, de casa em casa para pugnar pela liberdade dos escravos modernos". 'A Lanterna', São Paulo, maio de 1914.
17. FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos, op. cit., p. 269.
18. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, op. cit., p. 35.
19. BASTIDE, Roger. "A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. Estudos Afro-Brasileiros, São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 130.
20. Consultar a este respeito: FERRARA, Miriam N. A Imprensa Negra Paulista (1915-1963), São Paulo, FFLCH/USP, 1986 e MOURA, Clóvis e FERRARA, Miriam N. "A Imprensa Negra em São Paulo". São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1983.

Paulo, 1984.

21. Depoimento prestado a Clóvis Moura em 15 de Junho de 1975, e transcrito em "A Imprensa Negra em São Paulo", op. cit., p. 14.
22. Cf. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, São Paulo, Dominus, 1965, vol. II.
23. FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos, op. cit., p. 270.
24. Depoimento de Francisco Lucrécio, membro da Frente Negra Brasileira, durante o Seminário "Prática X Produção: Uma Reflexão Sobre os Estudos da Cultura no Brasil Hoje", São Paulo, ASESP, 1983.
25. Entrevista com Oswaldo Rafael Pinto Filho, Fundador do MNU, em 27/05/1984.
26. "Por Uma Autêntica Democracia Racial". Programa de Ação do MNU, Belo Horizonte, Abril de 1982, p. 3.
27. FERNANDES, Florestan. "O Protesto Racial". São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, São Paulo, Abril/Junho de 1988, p. 17.
28. Idem. op. cit., p. 17.
29. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, op. cit., p. 70.
30. Ver a este respeito: FERRARA, Miriam N. A Imprensa Negra Paulista (1915-1963), São Paulo, FFLCH/USP, 1968, especialmente o capítulo II - "Histórico da Imprensa Negra Paulista".
31. MOURA, Clóvis e FERRARA, Miriam N. "A Imprensa Negra em São Paulo", op. cit., p. 11.
32. Citado por FERRARA, Miriam N. A Imprensa Negra Paulista (1915-1963), op. cit., p. 144.
33. Ver a este respeito: BERND, Zilá. Negritude e Literatura na América Latina, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; Teatro Experimental do Negro: Testemunhos, Rio de Janeiro, GRD, 1966.
34. MOURA, Clóvis e FERRARA, Miriam N. "A Imprensa Negra em São Paulo", op. cit., p. 16.

35. CÉSARIE, Aimé. "Cahieu de Retour au Pays Natal". In: BERND, Zilá. Negritude e Literatura na América Latina, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 26.
36. SARTRE, Jean-Paul. Reflexões Sobre o Racismo, São Paulo, Difel, 5ª Edição, 1968, p. 104.
37. FANON, Frantz. Pêlo Negra, Máscaras Brancas, Salvador, Fator, 1983, p. 118.
38. BERND, Zilá. Negritude e Literatura na América Latina, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 28.
39. Idem. op. cit., p. 33.

3. NEGRI TUDES

3.1 O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL: RAZÕES E EXPLICAÇÕES

Com sede à Rua Almirante Marques Leão, Bela Vista, São Paulo, é fundado a 18 de junho de 1978 o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Representando um momento expressivo de afirmação das manifestações culturais negras e, acompanhando o ascenso dos movimentos populares que também se posicionam em favor das lutas democráticas, o MUCDR encontra nas entidades, grupos e associações interlocutores contundentes. Seu objetivo se define pela busca de unidade política, pretendendo fazer da luta contra o racismo um projeto de abrangência maior.

Avaliando que a sociedade seria capaz de absorver uma manifestação de caráter racial e pressupondo que a repressão, caso houvesse, não se daria de forma ostensiva, lideranças e militantes realizam seu lançamento através de um Ato Público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de julho de 1978. Em carta-aberta dirigida à população, nela as consequências da prática do racismo são apontadas como responsáveis pelas altas taxas de desemprego e subemprego, que afetam não só a população negra, mas também a sociedade em geral.

Hoje estamos nas ruas em campanha de denúncia! Campanha contra a opressão policial, contra o desemprego, subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reu

niões, e conferências e indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo¹.

As entidades que participam do Ato Público sintetizam, em certo sentido, a amplitude das articulações já existentes entre elas, especialmente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A carta aberta vem assinada entre outras, pelas seguintes associações e correntes políticas: Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), São Paulo; Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), Rio de Janeiro; Centro de Estudos Brasil-África; Renascença Clube, Rio de Janeiro; Núcleo Socialista; Olorum Babá-Min; Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), Rio de Janeiro; Grupo de Atletas Negros, São Paulo; Afro-Latino-América; Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), São Paulo; Juventude Judaica; Convergência Socialista; Grupo Decisão; Associação Cristã de Beneficência (ACBB), São Paulo; Escola de Samba Quilombo, Rio de Janeiro².

Para as instituições formadas após a consolidação da ditadura militar a repressão é uma constante. O receio de prisões, processos e enquadramentos na Lei de Segurança Nacional leva os movimentos, empenhados na defesa dos direitos humanos ou na reordenação do sindicalismo, a buscarem novas estratégias de ação. Passeatas, atos públicos, greves, protestos tornam-se mais escassos e a reconquista do espaço público, como um espaço de significação política, será um processo desencadeado pela iniciativa popular. O Movimento Negro sente-se igualmente responsável pelo reordenamento democrático, ao mesmo tempo que a definição dos parâmetros da luta racial passam por sua especificidade étnica e pelo avanço político vivido pela sociedade civil.

A discussão que se trava, é saber se a

questão racial estava madura, ou não, para ir às ruas: o movimento operário, o movimento estudantil estão nesta conjuntura avaliando as mesmas questões. O Movimento Negro Unificado surge no ascenso do Movimento de massa, do qual o precursor foi o Movimento Estudantil³.

A realização do Ato Público com seus resultados bastante positivos pode ser também creditada a uma não exposição do regime militar impedindo um protesto de natureza racial. Para as lideranças negras, o Brasil portador de uma tradição de democracia racial, não deveria se expor e comprometer o andamento de suas relações comerciais com a África Negra.

A manifestação que foi marcada para o dia 7 de julho ocorreu num momento em que o governo brasileiro afirmava ser contra o racismo. Percebemos que haviam condições para que ela se realizasse publicamente, porque naquele momento se criaria uma situação muito difícil com uma atitude repressiva. Trabalhamos com este momento político, onde haviam várias contradições e situações do próprio regime para dizer que apoiava os movimentos de libertação africanos, mas seu interesse era comercializar com países da África Negra. Este foi um momento, todo especial, onde o Movimento Negro se atreveu a fazer uma manifestação⁴.

Propondo-se a exercer o papel de direção e unidade à nível nacional, o MUCDR aprova a criação de Centros de Luta, para dar continuidade a sua organização tática e estratégica, ao mesmo tempo que altera sua sigla para Movimento Negro Unificado (MNU), quando da realização da I Assembléia Nacional, em 23/07/1978, em São Paulo.

3.2 AS ENTIDADES CULTURAIS E O MOVIMENTO 'BLACK SOUL'

As discussões sobre os problemas negros já se manifestam como realidade desde 1974/1975; neste sentido, o primeiro Ato Público do MUCDR significa a síntese de um tempo de trabalho, bem como um instante de coragem e avanço políticos: a idéia é de que um longo período de maturação foi construído, de que experiências foram acumuladas e de que a unidade das diferentes associações, grupos e tendências constitui o ponto-chave para a retomada da luta racial.

A população negra sempre encontrou formas específicas de organização por meio das quais conseguiu condições para preservar, de alguma maneira, traços religiosos, culturais, etc, ou unicamente para exercitar o convívio e a solidariedade. Apoiada em autores como Gonzales e Mattoso esta argumentação corresponde, do ponto de vista histórico, à preocupação da comunidade negra em manter um grau mínimo de coesão.

Assim, as entidades culturais entram para a década de 70 atribuindo aos termos cultura negra ou cultura afro-brasileira um significado que parece não encontrar precedente em movimentos do passado. Com um trabalho de mobilização, e simultaneamente de re-criação da história, elas tentam conscientizar diferentes setores negros de seu papel de sujeito, e não de objeto, na edificação da história brasileira. Sendo o divisor de águas a exploração econômica e social desencadeada pelo colonizador, também identificado com o homem branco, esta oposição permanece e se associa à cria

ção de uma linguagem artística. Transmitida por meio de música, dança e teatro, são desse período as peças 'Ongira' e 'E Agora Falamos Nós' de Tereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira, além do Grupo EVOLUÇÃO de Campinas "(...) que faz a primeira manifestação cultural com conteúdo político muito apurado e sofisticado, e que talvez seja o único grupo que conseguiu trabalhar a questão cultural e a questão política de forma íntegra"⁵.

O EVOLUÇÃO é fundado no final de 1971; seus membros representam uma parcela significativa de estudantes de madureza preocupados em "(...) fugir daquela visão imobilista que os acadêmicos costumam dar às culturas dominadas"⁶. Entendendo que a cultura branca descaracteriza, folcloriza e utiliza, conforme seus interesses, as manifestações culturais negras, gradativamente o que se percebe é a constituição de um discurso que designa, define e marca os atributos de negros e brancos. O EVOLUÇÃO acredita que a "(...) arte do negro é algo terra a terra. A arte do branco é coisa mais intelectualizada. O negro viveu, o branco não. Este tem uma série de informações que às vezes pode até não ser verdadeira. O negro não, o negro viveu aquela arte"⁷.

Nesta perspectiva, opor-se ao branqueamento ideológico significa restabelecer raízes culturais negras. A recuperação da ancestralidade africana tem, portanto, o objetivo de determinar o que ela criou, recuperou e preservou em termos de compreensão do mundo, universo simbólico, religioso, percepção de tempo e espaço para os diferentes grupos étnicos que compõem a história da presença negra no Brasil; por outro lado, esse conhecimento permite avaliar qual o grau de descaracterização que foi alvo a cultura negra durante quatro séculos de escravidão.

Diante de uma cultura branca, ocidental, percebida como

cultura do dominador ou colonizador, se contrapõe uma cultura negra que guarda e registra traços peculiares que a identificam e diferenciam. Incorporando os componentes luta e resistência, no discurso das entidades culturais o universo de compreensão da história negra tende a se ampliar, pois eles teriam permitido formas de sobrevivência à opressão onde se incluem além das rebeliões de senzala, os quilombos, as associações religiosas, recreativas e culturais. Por outro lado, a população negra teria se voltado para soluções coletivas e/ou socializantes como uma forma tática de exercício da resistência. "Recriar sua própria representação de mundo foi o papel desempenhado pelos negros no Brasil, no sentido de salvaguardar sua identidade"⁸.

Um levantamento não exaustivo das entidades e associações revela que o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) de São Paulo e o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) do Rio de Janeiro sintetizam, em certo sentido, o crescimento do culturalismo desenvolvido pelas entidades de maneira geral, e antecedem em importância política ao Movimento Negro Unificado. O Grupo DECISÃO e o jornal ÁRVORE DAS PALAVRAS representam a presença da esquerda no interior do Movimento desde 1974, perspectiva essa que tem continuidade a partir de 1977 na seção intitulada AFRO-LATINO-AMÉRICA, publicada no jornal Versus e organicamente vinculada à Convergência Socialista. Com marcada ênfase educativa e cultural se sobressaem ainda o Grupo de Divulgação da Arte e Cultura Negra (GANAN) de Araraquara, Teatro ZUMBI de Santos, Grupo REBU, posteriormente CONGADA de São Carlos, além do já citado, Grupo EVOLUÇÃO de Campinas. Ainda merecem destaque o Grupo VISSENGO de São Paulo e o QUILOMBOJE, também de São Paulo, formado desde 1978 e dedicado à divulgação da prosa e poesia negras.

Na cronologia dos eventos mais importantes está a reali-

zação da I Semana do Negro na Arte e na Cultura em maio de 1975. No início de 1976 São Carlos é sede do I Encontro de Entidades Negras de São Paulo, Rio de Janeiro e ex-Estado da Guanabara; nesse mesmo ano acontecem, os II e III Encontros do Rio de Janeiro e São Carlos respectivamente. Novamente em 1976, como resultado desses encontros, uma proposta de reedição da imprensa negra será levada adiante; contando com a discordância de alguns grupos, a ela se antepõe um outro projeto, isto é, a criação de uma Fundação que pudesse fazer a ponte entre os vários grupos. Entretanto, ela não consegue sobreviver por muito tempo, pois "sem infra-estrutura, sem fundos é incapaz de ficar acima das entidades e unificar o movimento devido às próprias divisões internas dos grupos"⁹.

Formada basicamente por segmentos da classe média, é fundada em 1977, em São Paulo, a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (ACACAB). Voltada à preparação do negro para concorrer no mercado de trabalho, entre outras atividades, oferece cursos de francês, português e mbundo (língua oficial de Angola). "Para a ACACAB o que vale é o espírito comunitário como base de associações fortes e estruturadas para dar ao Negro possibilidade de competir em melhores condições"¹⁰.

A imprensa negra do período mostra ainda que o mundo africano adquire importância redobrada na transformação do universo simbólico dos próprios militantes. O resgate de formas de organização familiar, de elementos religiosos, especialmente a tradição dos orixás, manifestações culturais e artísticas e mesmo a linguagem corporal auxiliam na composição de um painel, cuja meta é permitir ao negro brasileiro uma melhor compreensão de sua gênese. Ela se volta também para os países recém-libertados do domínio português, particularmente Angola e Moçambique, em função da escalada expansionista e racista levada a efeito pela África do

Sul¹¹.

A questão cultural parece decisiva na definição dos rumos do Movimento Negro em geral e do Movimento Negro Unificado em particular. Negro, negrice, negritude, são expressões que passam a dominar a linguagem e determinar, em certa medida, a ação prática das correntes e associações; o chamado à etnicidade e à identidade negra encontra-se em permanente conflito, obrigando o Movimento Negro a caminhar, ou em direção aos problemas enfrentados pela sociedade, ou no sentido de sua especificidade étnica.

A mobilização que percorre os diferentes setores negros atinge a periferia dos centros urbanos. Estimulando o aparecimento de uma corrente cultural, com características de movimento de massa, o 'soul' se concretiza como um grande aglutinador da juventude negra. Capaz de reunir em uma só noite de 10 a 15.000 jovens entre 16 e 20 anos, ele permite a criação de uma estética e o conhecimento de um campo simbólico fundamentalmente negro, além de responder de alguma maneira à busca de identificação étnica.

Neste sentido, as diferenças existentes entre as metas perseguidas pelas próprias entidades e as manifestações de cunho cultural presentes no 'soul' podem ser de várias ordens: a primeira delas diz respeito aos estratos das classes sociais que ambas atingem. Com seu cotidiano ligado de maneira próxima à pobreza das grandes cidades, onde as ausências são de toda ordem e onde a discriminação e o preconceito se explicitam em moldes bastante violentos, a juventude 'black soul' pertence, via de regra, à classe média baixa. Oriunda do interior, e mesmo da zona rural, possui uma idéia bastante clara dos mecanismos necessários ao processo de ascensão social. Conhecendo empecilhos e dificuldades da sociedade competitiva, cria sob outros signos suas condições de

sobrevivência material e simbólica. Tende a distanciar-se do sentido da Negritude proposto pelas entidades para aproximar-se de uma linguagem negra de origem americana ou jamaicana.

Durante o período 70/78, a base de atuação do Movimento Negro foi em cima da valorização da cultura. A visão principal era da Negritude. O que muda esta visão é uma pressão de massa que vem com o surgimento do movimento 'soul'; este é o outro lado da vertente cultural, é o lado legítimo da sociedade brasileira que é a música norte-americana. Este tipo de pressão, que está voltada essencialmente para a busca de raízes africanas, provoca uma reflexão e auto-crítica de segmentos desse Movimento Negro; será a procura de uma perspectiva de massa que começará a apontar caminhos ao Movimento Negro. A partir dos anos 70, os produtos da cultura negra e as instituições culturais de massa do Movimento Negro saíram de uma fase de resistência para uma fase ofensiva (...). Por outro lado, a população negra viveu após o Golpe Militar de 64 uma grande transformação econômica: o contingente de trabalhadores rurais que deixou o campo, se é correto o dado do IBGE que 44% da população brasileira é negra e mestiça, seguramente, 50/70% dessa população que veio do campo para a cidade é negra. Não estando necessariamente vinculada às formas de manifestação cultural urbana e mais tradicional ela começa a fazer outras exigências. Estes setores tem mais presente o processo de ascensão social, sendo um segmento que esbarra nas dificuldades econômicas e elabora um novo protesto negro em bases políticas mais sofisticadas. Essa massa negra que tem aspirações econômicas é um segmento real da comunidade, que pressiona não só a sociedade como um todo, mas principalmente o Movimento Negro¹².

Essas considerações não encontram unanimidade no interior do Movimento Negro. Suas ressalvas dizem respeito ao provável caráter de alienação contido no 'soul'; à incorporação feita

pela indústria cultural das equipes de som e bandas black, responsáveis, em última instância, pela divulgação da música negra, se aliaria o poder dos meios de comunicação de massa. Para alguns expoentes do meio artístico, o movimento 'soul' pode ser um sintoma positivo da capacidade negra em recriar formas de manifestação cultural. Durante os anos 70 a Banda Black Rio, modelo maior do 'black soul', foi entendida por Gil nos seguintes termos:

Black Rio é uma coisa que tem um lado muito interessante. São jovens negros que dançam músicas de James Brown e usam roupas norte-americanas. Eu não acho que isso seja uma coisa alienante (...). No fundo, o movimento tem aspectos vitais, aspectos positivos muito mais importantes, que são aspectos de reconhecimento de uma cultura. Nós temos, nós podemos, de repente, nos considerar Black Rio (...). É um fenômeno que está em todo lugar, são os negros fora da África que vieram, passaram 100 anos praticamente escravizados. Hoje eles se reconhecem, têm uma cultura própria. Seria o caráter positivo da refavela. A refavela revela¹³.

Não antagônicas, porém geradas e situadas em realidades econômicas e sociais distintas, as duas vertentes culturais do Movimento Negro dos anos 70 referem-se à Negritude com N maiúsculo. Elas têm como ponto inicial um processo cujo objetivo é alterar a consciência negra através da recuperação do domínio cultural. Não havendo projeto único, uma pluralidade de manifestações domina o cenário do período permitindo a colocação de duas questões: a primeira, diz respeito ao fascínio exercido pela Negritude e a necessidade de que a redescoberta do negro, a partir de sua cultura se faça, cada vez mais, sob a égide da identidade; a segunda, refere-se às possibilidades de um trabalho político mais abrangente para a ampliação da consciência negra. Elaborar uma proposta política

ca de dimensões nacionais, englobando não só o trabalho das entidades, mas as inovações do 'black soul', foi o esforço realizado pelo MNU tentando responder ao seu componente étnico.

No entanto, a cultura é igualmente uma dimensão da sociedade. Ela penetra a vida dos indivíduos e dota de significado suas ações; criada e formulada sob a marca da diversidade, a cultura reflete a riqueza de manifestações próprias da diferença humana, em sua trajetória rumo à construção da História. Por empréstimo, separação ou mesmo fusão, as contribuições culturais da humanidade constituem um rico mosaico, onde, em alguns momentos e sob a aparência da homogeneidade, se escondem formas e conteúdos bastante heterogêneos.

As sociedades modernas tem imposto através dos meios de comunicação de massa um certo tipo de homogeneidade às diferentes manifestações culturais; por outro lado, as chamadas 'políticas culturais' implementadas pelo Estado, selecionam — das demandas culturais — determinadas reivindicações, incorporando e respondendo a algumas delas conforme seus interesses. Pensar a reconstrução dos traços fundamentais da cultura negra como um mecanismo em separado ou mesmo isento do movimento da cultura (como um fenômeno que expressa uma dimensão da sociedade e que se organiza sob o pressuposto da diversidade), significaria correr o risco de esbarrar — mais uma vez — na intransponível dicotomia 'branco'/'negro'. Esquecendo-se dos artifícios e razões que levam o Estado a encampar algumas de suas manifestações, o culturalismo fica, a meio caminho, entre denunciar que traços culturais foram descaracterizados e folclorizados pelos promotores oficiais da cultura, e que traços da cultura negra fazem parte do grande complexo cultural brasileiro. "Não haverá políticas culturais realmente populares enquanto os segmentos produtores não ti

verem um papel de protagonista, e este papel não se realizará se não como consequência de uma democratização radical da sociedade civil. As tarefas necessárias excedem a um simples 'resgate' das estruturas coletivas e das tradições indígenas ou a um túbio respeito à autonomia étnica ou mesmo ao desenvolvimento de cooperativas ou de lutas locais"¹⁴.

Se o poder do Estado utiliza, reelabora e folcloriza as manifestações dos mais distintos grupos, a sociedade carrega uma dinâmica que a faz portadora de projetos amplos e inovadores. Esse parece ser, de maneira geral, o clima que invade a sociedade brasileira na passagem dos anos 60 para os 70. Marcado por um certo ideal de mudanças e transformação o Brasil vive um clima de descoberta de si próprio; subdesenvolvido, dependente e colonizado ele irá, pelas mãos das vanguardas progressistas e de esquerda, sofrer um redimensionamento cultural altamente significativo. O CPC da UNE, o Teatro do Oprimido, o Teatro de Arena, o Cinema Novo entre outros, representam um esforço ao debate, ao questionamento e a ousadia. Alienação/consciência, classe média-burguesia/proletariado, subdesenvolvimento/desenvolvimento, vanguarda/povo são temas polêmicos nos quais se envolvem, para sua compreensão, significativas parcelas da intelectualidade e do meio artístico.

Com acentuada ênfase na problematização das questões maiores da sociedade, a questão racial é abordada, seja pelo Cinema Novo em filmes como 'Barravento' de Glauber Rocha em 1961, 'Asalto ao Trem Pagador' de Roberto Farias em 1962, 'Ganga Zumba' de Cacá Diegues e 'Integração Racial' de Paulo Cesar Sarraceni, ambos de 1964, seja pelo teatro em 'Arena Conta Zumbi' de Gianfrancesco Guarnieri em 1965.

Não distantes do clima de efervescência que marca a so

cidade nessa fase, é visível a diferença de enfoque que sensibiliza as lideranças negras e antigos militantes, na tentativa de reordenação dos problemas raciais por meio da ordem cultural. Eles têm outras conotações, pois na verdade procuram um universo de gênese, de origem, de volta às raízes. A singularidade dos afro-brasileiros congrega negros da Diáspora e negros do Continente, reunifica a constante recriação do mundo simbólico e material, e dá à resistência um lugar privilegiado na condução da sobrevivência do grupo negro.

Sob esses princípios parece ter a Negritude, durante os anos 70, agilizado um projeto de conscientização da população negra, não esquecendo-se, no entanto, de articulá-lo às realidades sócio-históricas do período.

Se a Negritude não desenvolveu um diálogo com outras instituições, à nível do bloco dos oprimidos, nós temos que analisar também que esse bloco, que esses outros segmentos do bloco de oprimidos, também não propôs com a Negritude nenhum diálogo. Neste sentido, eu penso que há um preconceito etnocentrista e racista em relação à Negritude, porque se compreende historicamente o PC, que fez uma política operária — a nos 20 — para descobrir depois, que essa política deveria ser operária e camponesa. Finalmente, depois de conseguir a unidade dos setores oprimidos dentro da Aliança Nacional Libertadora, fraturou este mesmo bloco em nome de uma perspectiva política e histórica ortodoxa, dada pela 3ª Internacional. A concepção que eu tenho de Negritude é: primeiro, de uma visão de mundo de setores expropriados e, segundo, de uma visão de mundo que abrange também o opressor. No entanto, esse opressor jamais propôs um caminho para o negro. Ele propôs, o suicídio através do etnocídio, o desaparecimento do negro através da miscigenação. Analiso ainda a Negritude como uma produção, como fruto de um trabalho intelec

tual de recriação da visão de mundo nagô e bantú no Brasil, que permitiu ao negro resistir à opressão¹⁵.

3.3 PAPEL E FORÇA DE UM MOMENTO CONJUNTURAL NA CRISE DO MILAGRE BRASILEIRO

Ao lado da função mobilizadora desempenhada pelas correntes culturais, fatores de ordem econômica, social e política permitem, que no conjunto das mudanças que estão ocorrendo na sociedade, o Movimento encontre espaço para se colocar.

Não são desconhecidas as circunstâncias, expostas para a sociedade, deixando a sensação de que o regime militar se encontra fraturado. As crises que abalam a sociedade civil a partir da falência do modelo econômico refletem-se, não só ao nível interno do governo Geisel — renúncia do ministro Silvío Frota e exoneração do Comandante do II Exército, quando da morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Piel Filho — como no campo das organizações populares.

A população vai criando formas políticas de repúdio ao autoritarismo e conquistando espaço para suas reivindicações: Comunidades Eclesiais de Base, Movimento do Custo de Vida e Movimento Contra a Carestia, podem ser vistos como antecessores de organizações voltadas para formas específicas de exploração, dominação e discriminação; composto basicamente por mulheres, aqueles movimentos permitiram à questão feminina outras formas de trata-

mento. Embora sua presença já esteja assinalada como movimento organizado desde 1922, durante os anos 70, a "legitimidade do feminismo como parte integrante do movimento de transformação social é a mesma que afeta os outros movimentos que lutam contra a discriminação e a subordinação de determinados grupos, como o dos negros (outras minorias raciais) ou dos homossexuais (ou outros desviantes da chamada 'normalidade')"¹⁶.

Com esta dinâmica, a década de 70 inicia sua convivência com o que Singer chamou de movimentos parciais; postos em destaque frente a outros movimentos, que têm por eixo problemas fundamentais (operário e sindical), eles alteram o quadro de mobilizações e organizações, trazendo para o conhecimento da sociedade outros domínios onde grupos e indivíduos são igualmente discriminados.

O Movimento Negro dos anos 70, expresso pelo MNU, pode ser visto não só por fatores internos, específicos da população negra, mas por meio das condições dadas pela conjuntura. A crise do milagre brasileiro, a pressão da sociedade civil para fazer da anistia um processo 'amplo, geral e irrestrito', a luta sindical para consolidar o direito de greve como um direito legítimo da classe trabalhadora e para transformar a política de arrocho salarial numa questão maior, tirando-lhe o caráter de uma simples contabilização realizada pela tecnoburocracia oficial, incluem-se neste contexto; a eles se acrescentaria o ascenso do movimento estudantil, trazendo quadros para o Movimento Negro, o crescimento das entidades culturais e o 'black soul'. Mais que isto, a discriminação racial sofrida por quatro atletas do Clube de Regatas Tietê e a morte de Robson Silveira da Luz nas dependências do 44º Distrito Policial de Guaiunazes, em 5 de maio de 1978, inscrevem-se na ordem dos acontecimentos que culminam com a criação do Mo-

vimento.

Morto por excesso de torturas, após prisão ilegal sob acusação de roubo e assassinato, o episódio Robson sensibiliza a comunidade negra, especialmente, após declaração do delegado Luiz Alberto Abdala: "Negro tem que ir pro pau"¹⁷. Para os segmentos negros a repressão policial sempre se faz acompanhar de uma visível e acentuada dose de racismo; desta maneira, o caso Robson abriu uma via de debate sobre as formas de conduta dos órgãos de segurança instalados durante o regime militar, ao mesmo tempo que o parecer do DEOPS sobre a discriminação dos quatro atletas do Clube de Regatas Tietê frustrou as expectativas de setores negros empenhados em provar aquela prática.

Como se esperava o resultado dos depoimentos se resume na afirmação simples e cabal de que não houve racismo nas dependências do Clube. O interessante é que a Justiça recorreu a conhecida Lei Afonso Arinos, promulgada em 1955 (...). Pensa-se em atualizar a Lei, pensa-se em dar-lhe um caráter mais jurídico e perfeito, porém essa maneira não é o caminho para se combater o racismo encoberto deste país. A discriminação é algo abstrato demais para ser tipificado e compreendido tão rapidamente. O preconceito avilta, ataca o indivíduo subjetivamente, a fronta sua autoestima e, por conseguinte o marginaliza¹⁸.

Fatores de ordem conjuntural como o processo de abertura política, a reorganização sindical, as transformações econômicas e políticas, a ação da esquerda, o culturalismo e o racismo, encontram-se entre os elementos que determinaram a organização do MNU. Na avaliação de dois de seus fundadores:

O processo que deflagra o MNU é a própria situação política daquele momento no país. É um período de transição do período mais violento do regime militar, para um período de aberturas políticas, onde as oposições começam a ocupar um espaço político na sociedade. A classe trabalhadora começa a sair do silêncio e passa a impor algum tipo de voz no cenário político. O Movimento Negro acaba sendo uma espécie de reflexo dessa situação política, como segmento oprimido, na medida em que os oprimidos emergem para se manifestar na sociedade; o Movimento Negro acaba dando força para o próprio negro se manifestar. Eu diria que isto é alguma coisa para ser pensada do ponto de vista clássico; a classe operária levando o resto da sociedade com ela, quando ela começa a reivindicar democracia¹⁹.

Analisando a conjuntura é o momento em que o milagre brasileiro começa a decair e surgem mobilizações, organizações de massa, no sentido de se contrapor ao projeto econômico da ditadura militar. Isso deu espaço para que os movimentos organizados, e para que os negros saíssem das salas de debates e fossem para as ruas. Houve o caso da discriminação dos quatro atletas do Clube de Regatas Tietê, houve o caso da tortura de Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, preso e torturado no 44º Distrito Policial de Guaianazes. Há a questão dos movimentos populares se reorganizando. O movimento estudantil, o movimento operário já ensaiando algumas greves setorializadas, principalmente em São Bernardo do Campo; o movimento feminista fazendo suas discussões mais abertas, o próprio movimento homossexual. O Movimento Negro se aproveita deste novo espaço, na medida em que setores da burguesia descontentes com o projeto econômico do governo começam a ser excluídos do processo; reclamam, reivindicam e buscam inclusive respaldo popular, na tentativa de estabelecer um novo projeto²⁰.

Por último, algumas palavras sobre o reflexo que parecer desempenhado em setores negros, a política brasileira em relação à África. Resultado da estratégia comandada pelo Ministério das Relações Exteriores, o pragmatismo passa a fazer parte de uma fase de busca de novos parceiros comerciais. Aproximando-se, privilegiadamente, das antigas colônias portuguesas recém-libertadas, o Brasil deverá, em tese, portar-se perante esses países como não racista. Portador de uma tradição de democracia racial, e contando na formação de seu povo com um expressivo contingente negro, do ponto de vista externo vão lhe ser cobradas posições mais corajosas frente à África do Sul e sua política expansionista e de dominação, particularmente em Angola e Moçambique. Lembra em 1983 o embaixador da Nigéria que não estando o comércio desligado da política, os países da África esperam do governo brasileiro uma ação concreta face ao regime do 'apartheid'.

Consideramos como uma obrigação por parte do Brasil, dar não apenas apoio a todas as medidas para por fim ao 'apartheid', mas combater a discriminação racial sob qualquer forma, e onde quer que ela exista. Este é o fardo do Brasil em sua ligação histórica com a África²¹.

As lideranças negras tendem a ampliar estas considerações; na opinião de Hamilton Cardoso, a estratégia da política externa do governo Geisel não se insere num conjunto de metas apenas comerciais e de expansão de mercados, mas inclui o incentivo à formação de entidades negras, através das quais certos setores das elites pudessem dispor de algum tipo de poder decisório. A Câmara de Comércio Brasil-África, dirigida pelo deputado Alberto Camargo, seria um desses exemplos:

A política africana começou na posse de Geisel, quando ele diz ter um olhar voltado para os irmãos do outro lado do Continente, e que ele assumia naquele discurso, inclusive, um pouco da ancestralidade africana no Brasil. Este tipo de política passa a exigir a organização de um segmento negro de elite; pode-se chegar a ousadia de dizer que naquele momento interessava para a sociedade brasileira, o desenvolvimento de um certo tipo de organização e manifestação política nas comunidades negras²².

A política externa brasileira frente à África repercute de alguma maneira dentro dos grupos e associações negras. A Câmara de Comércio Brasil-África, a vinda de estudantes para o Brasil e a conseqüente ida de alguns militantes para países africanos podem ser citados como reflexos desta nova estratégia; vivenciando, conhecendo e muitas vezes idealizando a terra de origem, através do intercâmbio estabelecido entre eles, aparecem as oportunidades de verificação — no limite mais concretas — das incontestáveis aproximações e distâncias entre negros da Diáspora e do Continente.

3.4 O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E O AFRO-LATINO-AMÉRICA

Partindo do pressuposto que uma mudança qualitativa se opera no universo ideológico da população negra, avaliando que há uma intensa mobilização de diferentes setores negros no sentido de recolocar suas questões, e pressentindo que a via cultural e o 'soul' são manifestações de um tipo de consciência sobre a ques-

tão racial, correntes de esquerda, vindas particularmente do movimento estudantil, tentam reordenar o discurso político do Movimento Negro.

A história do MNU não pode ser registrada sem a importante participação do AFRO-LATINO-AMÉRICA e dos Núcleos Negros Socialistas. Tendo por meta organizar a comunidade negra em torno de uma luta contra o racismo, e encontrando no jornal Versus sua base de apoio, o Núcleo Negro Socialista e o AFRO-LATINO-AMÉRICA constituem, a rigor, o espaço de comunicação no jornal Versus, entre os debates encaminhados pelo Núcleo e os diferentes segmentos negros. Oriundo de um grupo de jornalistas (Neuza Maria Pereira, Jamu Minka, Hamilton Cardoso, entre outros) que já tinham um tipo de atuação dentro do CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra), sua perspectiva foi adequar uma nova experiência profissional a um trabalho de militância.

Foi uma fase muito rica, porque a primeira descoberta que o Núcleo Socialista fez dentro do Versus, é que ele era apenas uma frente; se por um lado nós éramos um instrumento da organização, por outro nós poderíamos transformar o próprio Versus e a própria organização num instrumento que levasse a um novo tipo de discussão sobre a questão racial. Para mim, este parece ser o momento crucial que determinou o processo de atuação do Movimento Negro durante mais ou menos dois ou três anos. O Núcleo mudou de atuação e passou a: primeiro, compreender a diversidade de posições e correntes políticas e ideológicas dentro da comunidade negra; segundo, diferenciar ideologicamente os segmentos de esquerda, dos setores liberais e de direita; terceiro, compreender a comunidade negra como algo não monolítico, mas pluralista²³.

O AFRO-LATINO-AMÉRICA surge em julho/agosto de 1977 e tem seu último número publicado em outubro de 1979. Neste período o foco de análise do jornal extrapola a denúncia do racismo, toma do em sentido estrito, para situá-lo num contexto maior de exploração do capitalismo; o papel desempenhado pelas entidades culturais passa a ser questionado e o Núcleo Negro Socialista e o AFRO-LATINO-AMÉRICA mudam de enfoque priorizando em seu trabalho três linhas fundamentais: primeiro, grandes concentrações de massa negra com o CECAN deixando de ser o fórum maior das discussões; segundo, a criação de um livro de poesias chamado 'Negrice' com o objetivo de elaborar um discurso específico sobre a questão racial negra e, terceiro, os bailes 'soul'.

A ampliação dos Núcleos Negros diz respeito a uma estratégia de intervenção levada a efeito pela Convergência Socialista, com a criação de um Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial correspondendo a perspectiva de atuação independente. Em outras palavras, o Núcleo Negro opta por um tipo de trabalho político onde ele não fosse apenas uma força hegemônica, mas onde tivesse possibilidades de desencadear uma luta política em conjunto com outras entidades negras.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial deu um grande salto político ao nível da sociedade como um todo: fez-se respeitar e aumentou seu respaldo junto à Comunidade. É preciso preservar esta vitória, transformando-a num novo avanço para o conjunto do Movimento. Daí, a necessidade de garantir-lhe uma organização independente, que não o submeta aos 'trâmites' de cada entidade existente e nem o permita diluir-se nas lutas gerais²⁴.

Articular às questões econômicas e sociais o componente

racial tomado em sentido amplo, isto é, como mecanismo auxiliar da exploração capitalista, manter sua autonomia e independência e sensibilizar o conjunto dos movimentos sociais para a relevância do problema racial constituem as tarefas iniciais do MNU. Sua consolidação vai depender de um intenso diálogo com o culturalismo e com outras tendências políticas presentes em seu interior.

As primeiras Assembléias podem ser analisadas como reflexo desta dinâmica, onde o Movimento recém-criado se depara com antagonismos e divergências que gradativamente tornam-se mais explícitos.

Realizada em São Paulo, a 23/07/1978, na Associação Cristã Brasileira de Beneficência (ACBB), a I Assembléia Nacional do MUCDR contou com a presença dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, além do apoio de entidades negras da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. A Assembléia define-se pela criação dos Centros de Luta, que são "(...) grupos de negros organizados em seus locais de trabalho, bairros, favelas, escolas de samba, candomblés, escolas, para levarem a luta contra a discriminação racial"²⁵.

A sustentação à esta forma de estrutura é pensada a partir das Comissões a nível Municipal e Estadual com representação direta dos Centros de Luta; ela permite a eleição de uma Comissão Executiva Nacional formada por representantes das instâncias precedentes.

No entanto, se a unificação da luta racial a nível nacional e a agilização dos aspectos organizativos parecem ter dominado esta I Assembléia, uma modificação fundamental ocorre quando se aprova a inclusão da palavra negro na sigla Movimento Unificado. Aparentemente uma modificação semântica, ela representa um

desvio de rota tendendo à um certo tipo de estreitamento político. De maneira tímida e velada o Versus fala de discordâncias, divergências e insiste na idéia de independência e unidade da luta, preconizando, por outro lado, a necessidade de apoio de setores progressistas da sociedade.

O projeto se estreitou totalmente. O Rio de Janeiro veio com uma proposta de se fechar o nome e ao invés de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que é o nome do Movimento que fez o Ato Público, propôs que se inserisse o negro, para caracterizar o movimento como sendo de negros. Com isso, o Movimento passou a se transformar sem conseguir estabelecer uma relação efetiva com as demandas sociais²⁶.

Em sentido oposto, para o interlocutor político de maior peso do Movimento Unificado, o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e o JORNEGRO, a alteração representa o reconhecimento de que a organização do negro, enquanto tal, se faz necessária.

O Movimento Unificado, pretendia defender os direitos do homem negro, através de funções que seriam determinadas às entidades negras e com a ajuda de todas as forças progressistas e democráticas da sociedade brasileira, que se preocupassem não só com problemas raciais como também com as injustiças e o desrespeito aos direitos humanos (...). Com uma Assembléia de âmbito nacional marcada para o dia 9 de setembro próximo, no Rio de Janeiro, o Movimento Negro caminha em direção a organização do negro, pois necessária conforme a nossa irmã Heronilda de Alcantara, 'a libertação do negro que não aconteceu no dia 13 de maio de 1888 e nem mesmo no dia 7 de julho de 1978 (Ato Público), só acontecerá quando o negro se unir para estudar e lutar por esta liberdade, pela igualdade e pelo direito de se assumir como NEGRO'²⁷.

Na II Assembléia, o MNU reitera sua palavra de ordem de opor-se a discriminação, ao preconceito e à violência policial. Discute a Carta de Princípios, os Estatutos, o Programa de Ação e a posição a ser assumida durante as eleições. Tendo como sede o Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de setembro de 1978, ela reflete um momento particular do Movimento, isto é, organizar-se internamente e reorganizar a própria comunidade negra a partir de pontos específicos de luta.

Os debates demonstram que ele deverá se consolidar como um organismo eficaz por meio do qual a população negra viabilize suas propostas. São discutidas situações onde o racismo se manifesta como, por exemplo, o livro didático e o ensino da história negra, totalmente ausentes dos currículos escolares. É aprovado um programa que se volta contra a discriminação e o preconceito, melhores condições de vida e trabalho e liberdade de organização e expressão. Afirma-se solidariedade à luta internacional do negro e a necessidade de incentivos aos Centros de Luta como base para a composição das Coordenadorias Municipais, Estaduais e da Comissão Executiva Nacional; essa última foi eleita com representantes dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo por já contarem eles, com Coordenadorias Estaduais ou em fase de formação. Porém, conhecendo e convivendo com as mais diferentes correntes de opinião e tendências políticas, durante a II Assembléia "(...) ficaram claras as divergências dentro do Movimento o que, de certo modo é positivo para a Comunidade"²⁸.

Com a presença dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, a III Assembléia Nacional do MNU ocorreu em Salvador em 4 de novembro de 1978. Enfrentando inicialmente problemas policiais, pois os órgãos de segurança alegam que ela fere a Lei Afonso Arinos, a Associação dos Funcionários Públi

cos da Bahia é impedida de sediar o encontro. O Instituto Cultural Brasil-Alemanha abriga seus participantes e a partir desse momento abrem-se intensos debates em torno dos pontos programáticos e da linha política. Combinando tarefas que dizem respeito à conscientização e mobilização da população negra, com as lutas gerais propostas pelo conjunto dos movimentos sociais (liberdade e autonomia sindicais, anistia e outros), esta relação, na visão de um dos participantes, é possível porque: "o negro tem problemas específicos. Sofre determinada exploração e opressão em função de sua raça, sofre também as consequências de sua condição de classe enquanto trabalhador, explorado e dominado"²⁹.

Foi marcada para os dias 2 e 3 de dezembro, em São Paulo, a data da Reunião Preparatória do II Congresso de Cultura Negra das Américas que seria realizado no Panamá em 1979. Definiu-se que o dia 20 de novembro passaria a ser o Dia Nacional da Consciência Negra, em outras palavras, o verdadeiro dia da população negra do Brasil.

Por fim, algumas considerações sobre o Festival Comunitário Negro Zumbi. Encerrando as comemorações em homenagem aos 283 anos da morte de Zumbi, o I FECONEZU foi promovido pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, organizado e patrocinado pelas próprias entidades e realizado a 25 de novembro de 1978 na cidade de Araraquara. Cabendo a responsabilidade deste primeiro Festival ao Grupo GANA, participaram do evento vários grupos teatrais como o VISSUNGO (São Paulo), GANA (Araraquara), GARMIRANGA (Orlândia), CARAPUÇA (São Carlos), Centro de Cultura e Arte Negra/CECAN (São Paulo). A responsabilidade do espetáculo de dança ficou por conta do GRUPO NEGRO EXPERIMENTAL DE DANÇA, sob a coordenação do Ismael Ivo, e o Grupo QUILOMBOJE, que lança o primeiro número dos 'Cadernos Negros' com a participação

de Oswaldo de Camargo, Cuti e Henrique Cunha Júnior entre outros.

Segundo os jornais o conteúdo das manifestações artísticas do I FECONEZU parece ter oscilado, entre a denúncia do racismo e a revalorização da história negra (CECAN/São Paulo), e a perspectiva de transformação social (CARAFUÇA/São Carlos). Para o JORNEGRO o saldo positivo desse primeiro Festival está em seu caráter de encontro e na constatação de que a comunidade negra necessita aproximar-se de si própria. Pensando na organização do II FECONEZU, que teve como sede a cidade de Ribeirão Preto, em 1979, o mesmo jornal declara:

O passado, quando tomado como ponto para reflexão, se torna escola. E é com esse aprendizado que o II FECONEZU está começando a ser preparado. A intenção deste próximo Festival, em sua coluna vertebral, é a mesma: reunir a nossa gente para um ENCONTRO de confraternização, onde a nossa cultura seja mostrada e vivenciada. Convém salientar que o termo CULTURA não é aqui entendido apenas como espetáculos culturais, mas toda forma de manifestação e criação negras, como por exemplo cozinhar, costurar, fazer instrumentos, candomblé, pintar, capoeira, compor, etc³⁰.

3.5 ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

A investigação das propostas e atividades que compõem os instantes iniciais do MNU pôde ser feita pelas páginas do AFRO-LA

TINO-AMÉRICA e do JORNEGRO, por referências contidas em documentos e pelo depoimento de militantes e lideranças. Comparativamente aos instantes iniciais de euforia em que Assembléias são realizadas com curto espaço de tempo entre elas, ao lado do projeto de criação dos Centros de Luta, o que se observa a partir do primeiro semestre de 1979 é um gradativo afastamento do AFRO-LATINO-AMÉRICANO como incentivador direto da política implementada pelo MNU.

Aos poucos, desenha-se uma conjuntura na qual o MNU se vê obrigado a conviver com disputas internas que se avolumam em torno do projeto de centralização política. Ele se depara com dificuldades relevantes, mas mesmo assim insiste na preservação da autonomia e independência do Movimento.

No momento que eu participo da direção do MNU ele está esvaziado enquanto movimento. Embora tenha tido o papel de observador desde sua formação em 1978, vim a integrar seus quadros, como suplente da Comissão Executiva Estadual, a partir de maio de 1979. As atividades já estavam bem reduzidas e não há um grande número de militantes participando, embora seja inegável a experiência e a tradição do qual o MNU é depositário. O MNU esvaziado, à luz da dinâmica do Movimento Negro, significa que já haviam quadros que estavam deixando o Movimento; há uma crise que é discutida internamente, inclusive³¹.

Durante este ano, e tomando por base experiências anteriores advindas das Assembléias Nacionais, o MNU promove seu I Congresso Nacional. Aprova um programa, que combina perspectivas gerais e específicas sobre a luta racial negra e pronuncia-se favoravelmente à sindicalização dos trabalhadores negros. " Defende melhores oportunidades de ensino, trabalho, emancipação social da mulher negra e exige uma autêntica democracia racial; o programa

inclui ainda apoio à luta internacional contra o racismo e as questões gerais contra o arrocho salarial e fala de uma Constituinte livre, democrática e soberana"³².

O Congresso define a Luta Contra o Desemprego e a Violência Policial como eixos fundamentais de sua estratégia política. Por uma série de falhas organizativas (desorganização interna, falta de funcionamento das Comissões Executivas em seus três níveis, inexistência de recursos financeiros) e políticas (ausência de quadros e de clareza sobre as ações a serem executadas), a pauta não chegou a ser cumprida plenamente.

Mesmo com o arrefecimento de sua ação em 1979, o ano de 1980 assinala a criação de núcleos no Pará, Amazonas, Pernambuco, Alagoas e Brasília. Conflitos e antagonismos internos permanecem, porém vai se tornando mais claro que a presença, a discussão e a tomada de posição sobre a questão racial afirmam-se como realidade. Mesmo que a análise da Comissão Executiva Nacional não considere o ano de 1979 como um dos mais favoráveis à ampliação do Movimento e 1980 siga a mesma direção, "(...) a discussão racial parece ter se ampliado para todos os setores da sociedade brasileira com o surgimento de novos grupos em todo o país (nas associações de bairro, nas periferias, Pastorais Negras e alguns sindicatos)"³³.

As comemorações do Dia de Denúncia Contra o Racismo e o Dia Nacional da Consciência Negra, respectivamente em 13 de maio e 20 de novembro, além do II FECONEZU em Ribeirão Preto e o III em São Carlos marcam igualmente os anos de 1979 e 1980. A Assembleia Estadual, ocorrida em São Paulo à 21 de setembro de 1980, aprova o II Congresso Nacional para 18, 19 e 20 de abril de 1981 em Belo Horizonte.

Apesar dos problemas o MNU avalia seu trabalho em termos satisfatórios, primeiro por ter colocado em posição controvertida os mais diferentes setores e instituições da sociedade, e segundo por ter sua ação permitido que a discriminação e o preconceito passassem a compor, efetivamente, o rol de problemas que dizem respeito aos brasileiros em geral, e aos negros em particular. "Todos os partidos políticos são obrigados a traçar uma linha política em relação ao negro, desde o Partido dos Trabalhadores até o Partido Democrático Social, o partido do Governo"³⁴.

No entanto, no Documento de Linha Política para o MNU (texto base de discussão ao II Congresso) encontram-se ressalvas à Comissão Executiva Nacional, responsabilizando-a pelo não cumprimento de algumas das atividades aprovadas; a crítica maior recai sobre a Campanha Contra a Violência Policial definida no I Congresso e reiterada em reunião da Comissão Executiva Nacional em Salvador, em junho de 1980. Segundo o mesmo documento a Campanha "... de repente virou regional, graças à desorganização do MNU e principalmente à CEN que não conseguiu dinamizar a Campanha à nível nacional"³⁵.

Com saldos positivos e negativos e já tendendo a revelar disputas pelo poder, as resoluções do II Congresso estão divididas em Princípios Norteadores do Regimento Interno, Estatuto, ídents específicos sobre Assembléia Constituinte, Mulher Negra, Homossexualismo e Machismo, Questão Político Partidária e Cultura Negra. A partir deste documento o MNU passa a se caracterizar como:

- a) "Um movimento político, que possui uma direção em diversos níveis, cuja atuação se fundamenta no método democrático, legitimada pela discussão com o conjunto dos militantes.
- b) Enquanto movimento autônomo, objetiva viabilizar as necessida-

- des políticas, sociais, econômicas e culturais da comunidade negra, buscando alianças concretas com os outros setores oprimidos.
- c) Comporta diversas correntes, que se comprometem com os documentos básicos, a linha política e as prioridades estabelecidas pelos conjuntos do movimento.
- d) Busca viabilizar a solidariedade junto aos movimentos negros e progressistas"³⁶.

Preocupado em definir uma linha política clara, e ao mesmo tempo, próxima das entidades das quais pretendia ser direção política; atropelado pela necessidade de respostas urgentes à questões apresentadas pela conjuntura, como por exemplo a reorganização partidária, a direção do MNU (CEN) após o II Congresso teve apenas um encontro.

Naquele momento eram de maior importância os documentos de Linha Política, Constituinte e Partidos Políticos que deveriam ter sido discutidos e aprovados durante o II Congresso. Na realidade foi impossível tirar uma posição, pois sem ter sido discutido entre os militantes, a discussão do II Congresso ficou entre as lideranças. A consequência deste tipo de atitude foi a crise, pois o MNU não definiu a linha política de cada setor, só tirando dois eixos gerais: trabalho sindical e trabalho na comunidade (...). Sem linha política definida, sem reunião da CEN e sem troca de informações sobre o movimento nos Estados, o regionalismo surge claro, e fazendo disto uma prática política e organizativa, esquece-se o conjunto do movimento"³⁷.

Mesmo que restrições ao projeto político das entidades culturais tenham sido precisas, e, em certo sentido, avançadas o MNU termina por delas se afastar. Não conseguindo impor sua hegemonia, enquanto direção, e com dificuldades para conduzir uma

proposta para o negro brasileiro, fracionado por classes e segmentos de classe, várias dificuldades se apresentam a partir daí. A primeira diz respeito a reprodução de comportamentos individualistas no interior do Movimento, ao lado da disputa entre as lideranças por papéis e status sociais. A segunda dificuldade, de caráter amplo, refere-se a ausência de uma linha política que conseguisse articular direção e demandas da população negra. Por fim, duras críticas de seus opositores, questionando o distanciamento do MNU da realidade de negros e mestiços — enfrentando discriminações, preconceitos, fome miséria — acabam permitindo a sobreposição de um pólo mais conservador. Dito de outra maneira, não re- tendo em sua órbita aliados necessários e imprescindíveis o MNU perde, gradativamente, sua base de apoio político situada mais à esquerda.

Existe uma questão que não é discutida dentro do movimento, mas que é necessário refletir sobre ela para mudá-la: o individualismo (...). A medida que avaliamos o MNU hoje, percebemos que algo vai mal na sua prática política, deixando-nos a impressão do 'já visto', pois o que se vê é a reprodução das relações de poder da sociedade branca. Como se dá esta reprodução? Como consequência do racismo, o modelo de poder que foi internalizado pelo negro foi o do branco, que no Brasil, dentro do sistema ditatorial que vivemos, tem o controle do saber, das informações e do dinheiro. O negro militante exerce nas práticas políticas a mesma forma de poder (...)³⁸.

NOTAS

1. "E Agora?". AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, Julho/Agosto, São Paulo, 1978, p. 12.
2. Segundo a Revista do Movimento Negro Unificado, "participaram desta manifestação mais de 2.000 pessoas, em sua maioria negras e foi por nós considerado um dos passos mais importantes executados pelo Movimento Negro como um todo". REVISTA DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, MNU, nº 4, Julho, São Paulo, 1981, p. 12.
3. Entrevista com Flávio Carrança, membro suplente da Comissão Executiva Estadual do MNU, em 07/05/1984.
4. Entrevista com Milton Barbosa, Direção Nacional do MNU, em 13/04/1984.
5. Entrevista de Hamilton Bernardes Cardoso, Fundador e Dirigente Nacional do Movimento Negro Unificado, em 14/07/1984.
6. AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, Julho/Agosto de 1978, p.30.
7. AFRO-LATINO-AMÉRICA, op. cit., pp. 30-31.
8. Entrevista com Dalmir Francisco, Dirigente Nacional do Movimento Negro Unificado de Minas Gerais, em 08/06/1984.
9. "Comunidade Negra e Alienação". JORNEGRO, nº 6, Ano II, São Paulo, 1979, p. 7.
10. "ACACAB". AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, Dezembro/Janeiro, 1977/1978, p. 40.
11. Estas abordagens podem ser encontradas em maior ou menor grau nos seguintes jornais: SINBA, órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Rio de Janeiro) que reaparece em 1979, mas já tem sua presença assinalada desde 1977; JORNEGRO, órgão da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP), no período de 1978 à 1981; "GAC"-SAVIA, do Grupo de Atividades Culturais da Sociedade de Amigos da Vila Iório e Adjacências-SAVIA, São Paulo, 1980; PENSAMENTO, órgão informativo do Centro Comunitário de Cultu-

- ra a Arte Negra Vissungo, São Paulo, 1979; GANA, Grupo de Divulgação da Arte e Cultura Negra de Araraquara, 1980; PIXAIM, publicação do Movimento Sócio Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos, 1982; NÊGO, órgão do Movimento Negro Unificado de Salvador, 1981; AFRO-LATINO-AMÉRICA/Versus, entre 1977 e 1979 e a própria REVISTA DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO após 1978. REVISTA DO GRUPO NEGRO DA PUC/São Paulo após 1979.
12. Entrevista com Hamilton B. Cardoso, Fundador do Movimento Negro Unificado, em 14/07/1984.
 13. Entrevista de Gilberto Gil ao "Folhetim" nº 20, Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de Junho de 1977, Sobre os bailes 'black' de São Paulo, consultar: "O Baile do Chic Show". Prática X Produção: Uma Reflexão Sobre os Estudos da Cultura Negra no Brasil Hoje, Seminário realizado pela ASESP, São Paulo, 1983.
 14. CANCLINI, Néstor García. As Culturas Populares no Capitalismo, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 143. Consultar ainda : CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Palas, São Paulo, Moderna, 1981.
 15. Entrevista com Dalmir Francisco, Dirigente Nacional do MNU de Minas Gerais, em 08/06/1984.
 16. SINGER, Paul. "O Feminino e o Feminismo. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (organizadores), São Paulo: O Povo em Movimento, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 117.
 17. "Negro tem que ir pro pau". Folhetim nº 69, Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 1978, p. 10.
 18. AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, nº 24, São Paulo, 1978, p. 42.
 19. Entrevista com Hamilton B. Cardoso em 14/07/1984.
 20. Entrevista com Milton Barbosa em 13/04/1984.
 21. MGBOKWERE, Timothy. "As Relações Econômicas Brasil-África". Estudos Afro-Asiáticos, CADERNOS CÂNDIDO MENDES, nº 6 e 7, Rio de Janeiro, 1982, p. 175.
 22. Entrevista com Hamilton B. Cardoso em 14/07/1984.
 23. Entrevista com Hamilton B. Cardoso em 14/07/1984.
 24. "E Agora?". AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, op. cit., p.

- 32.
25. "Movimento Negro". AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, nº 24, São Paulo, Setembro de 1978, p. 41.
26. Entrevista com Hamilton B. Cardoso em 14/07/1984.
27. "O Negro Exige o Fim da Discriminação Racial". JORNEGRO, nº 4, Setembro de 1978, São Paulo.
28. VANDERLEI, José Maria. AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, nº 25, Outubro de 1978, São Paulo, p. 40.
29. AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, nº 27, Dezembro de 1978, São Paulo, p. 41. Depoimento de Milton Barbosa.
30. "FECONEZU". JOENEGRO, Ano II, nº 6, 1979, São Paulo, p. 3.
31. Entrevista com Flávio Carrança em 07/05/1984.
32. "MNU Assegura Vitória". TIÇÃO, Porto Alegre, Ano I, Outubro, 1980.
33. Documento de Linha Política para o MNU, mimeo., s/d, p. 1.
34. Idem. op. cit., p. 4.
35. Ibidem. op. cit., p. 2.
36. Resoluções do II Congresso Nacional do MNU, Belo Horizonte, mimeo., abril de 1981, p. 2.
37. Uma Avaliação da Prática Política do MNU, mimeo., Coord. Executiva e Coord. Estadual, MNU/Rio de Janeiro, 04/10/1981, p. 2.
38. Idem. op. cit., p. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, como curiosidade antropológica ou como reminiscência exótica, negros e mestiços passaram a compor o imaginário de pensadores e estudiosos. Comparando, estabelecendo escalas possíveis em direção ao progresso, recorrendo a juízos de valor, não seria exagerado afirmar que em bases ideológicas entra o universo afro-brasileiro para o rol dos temas científicos.

A singularidade do pensamento racial brasileiro parece encontrar-se na aplicação de pressupostos que se voltaram, num primeiro momento, à determinação climática e a inferioridade da raça. Vencida a fase de se propor a eliminação pura e simples do elemento negro — por se ter como certa a degenerescência da raça em processo de miscigenação — o ideal de branqueamento acoplado às vantagens econômicas da imigração, vai defender o embranquecimento físico e cultural do país.

O projeto de construção da multirraciedade brasileira encontra em outra formulação sua base de apoio. Polêmico, discutível, rejeitado em princípio, por lideranças e militantes negros, o mito da democracia racial vem cumprir neste esquema papel complementar. Ele desloca a reflexão para a interpretação do Brasil e dos brasileiros, dotando a mestiçagem de sinal positivo.

Reagindo às imposições oriundas das elites, em seu desejo expresso de arianizar a nação, ganha força por volta dos anos 40 a idéia de uma etnicidade negra. Resultado, consequência e mescla dos movimentos sociais no meio negro, a rediscussão dos atri

butos e qualidades negras encontra terreno fértil uma vez que, sob seus princípios, o negro é visto como um ser portador de peculiaridades que o diferenciam do branco. Como se afirmou anteriormente, a distinção entre Negritude (designando sua organização enquanto corrente ou movimento político) e negritude (dizendo respeito à resistência negra como uma constante em sua história de opressão) não traz apenas conotações semânticas. Não sendo bloco homogêneo, a corrente representada por Senghor ganha força e sob a influência dos poetas africanos a discussão sobre a etnicidade chega ao Brasil.

Muito embora severas restrições já tenham sido feitas ao projeto da Negritude, em 'Négritude et Négrologies', Adotevi tenta levantar vários aspectos, que segundo ele podem ser comprovações de um pensamento repleto de ambiguidades. Suas inconsistências vão além de uma teoria pseudo-científica para situar-se no campo de uma doutrina mistificadora, fruto de uma reflexão voltada para os conceitos de solidariedade e bondade africanas, que em si mesmo nada dizem. "Longe de exprimir uma qualidade precisa, são eles utilizáveis a propósito não importa de que nem de quem"¹. Mais que isso, um outro problema grave é "(...) a tendência desta escola para utilizar em sua tese fixista, eterna e abstrata as leis comuns decorrentes de teorias as mais reacionárias"².

Uma de suas críticas mais radicais encontra-se no sentido político reivindicado pela Negritude; representado mais uma vez por Senghor, para ele, o presidente-poeta encarna uma volta ao passado ou uma recusa do presente. "A negritude de hoje, a negritude dos discursos, não é mais do que uma pura e corroída propaganda, uma panacéia sobre problemas de governo. A mais bizarra fórmula senghoriana de divisão racial do trabalho intelectual (a emoção é negra como a razão é helênica), visa unicamente perpe

tuar um regime considerado como néo-colonialista e do qual ele é o Presidente"³.

A procura das origens e significados da etnicidade negra, traz para o Movimento Negro dos anos 70 sérias consequências. A mais notável, é a que revela uma constante ambivalência entre dois planos tornados antagônicos. De um lado, as situações concretas de manifestação do racismo vão exigir que palavras de ordem e programas de ação concretizem para o conjunto da sociedade a proposta política do Movimento. De outro, seu protesto deve deixar claro os termos da sua especificidade étnica.

Para lideranças e intelectuais negros, torna-se importante delinear e explicitar os contornos desta etnicidade, expressos ao nível interno do Movimento por meio de uma determinada visão de Negritude. Em outras palavras, na articulação de um projeto político de proporções mais amplas e na busca de realização de uma autenticidade especificamente negra, as contradições e conflitos que cercam o Movimento Negro têm condições de se manifestar.

Mais que atribuir a fatores externos as causas de sua desarticulação, delegando ao poder do Estado ou à força destruidora dos partidos políticos a capacidade de incorporar e homogeneizar as reivindicações das 'diferenças', seria necessário analisar de uma ótica voltada para a dinâmica interna do Movimento Negro, ou outras problemas. O primeiro deles, sugerido por Sennett, diz respeito ao aparecimento de indivíduos ou personalidades coletivas como uma tendência da modernidade. Ele critica a volta à comunidade, ao gueto, uma vez que esses se constroem tendo por base experiências e vivências cada vez menos abrangentes.

O que passa a valer, dentro do princípio da autenticidade

de, é menos a ação social ou a luta política, do que princípios subjetivos que moldam o grupo em sua desesperada busca por uma identidade comum. Como essa identidade não pode ser construída em abstrato, indivíduos ou personalidades coletivas creditarão à suas micro-experiências o valor de uma plenitude que termina em si mesma. A preservação da autenticidade e de relações pessoais extremamente intensas faz com que os grupos se tornem cada vez menores, mais tirânicos e destrutivos em seu interior. "Um princípio para se recusar a negociar, para se expurgar continuamente os forasteiros, resulta do desejo supostamente humanitário de apagar a impessoalidade nas relações sociais. E, na mesma medida, esse mito é autodestrutivo. A procura pelos interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum"⁴.

O segundo, aponta para os perigos da fraternidade em estilo moderno. A descrença ou a incapacidade de ver realizada a solidariedade da luta de classes pode ser o lado oposto do crescimento de outros movimentos sociais ou como diz Sennett, pode se manifestar pelo aparecimento de imagens coletivas. Elas se consolidam no exercício de uma fraternidade-fratricida que envolve a exclusão e expulsão de intrusos, com as etnicidades, as comunidades ou os grupos dissolvendo-se neles mesmos; "este processo de fraternidade por exclusão dos 'intrusos' nunca acaba, uma vez que a imagem coletiva desse 'nós mesmos' nunca se solidifica. A fragmentação, a divisão interna, é a própria lógica dessa fraternidade, uma vez que as unidades de pessoas que realmente pertencem a ela vão se tornando cada vez menores. É uma versão da fraternidade que leva ao fratricídio"⁵.

A sociedade moderna preparou desde o século XIX sua volta à comunidade, ao gueto; em outras palavras, decretou o domínio de um universo a partir do qual as personalidades e o ego emocio

nal não são mais possuidores de espaços internos livres das 'tirranias da intimidade'. Com todo esse investimento em relações bastante próximas, desprovidas da impessoalidade, muito pouco é dirigido para a atividade política ou para o social em sentido amplo. A tendência é a perda de contato com a realidade, tal qual ela se apresenta, e o não surgimento de novas lideranças que deverão, em grau muito elevado, corresponder às rígidas exigências do grupo.

Se estas considerações finais apontam para um domínio da intimidade no sentido de Sennett, que se opõe e argumenta sobre os impasses por ela criados, algumas aproximações com o Movimento Negro da década de 70 reiteram que a etnicidade, como meta a ser alcançada, transforma-se num processo de recuperação do universo simbólico. Perdendo a trajetória política que deveria fazer dele um movimento vivo, dinâmico, polêmico e ativo, o Movimento Negro ao contrário, se fecha, não cria lideranças e pratica de maneira avassaladora o fratricídio. Voltado para si próprio, procura na sociabilidade e na intimidade exercitada por poucos as razões e os propósitos da Negritude.

A veemente denúncia do ideal de branqueamento e do mito da democracia racial, como elementos constitutivos da sociedade brasileira, não consegue sensibilizar e mobilizar outros setores, sejam eles brancos ou negros. A continuidade de um discurso que insiste nos crimes do 'homem branco' ou no 'genocídio deliberado' traz algumas consequências: a primeira delas é que ao se deparar com os mecanismos de uma sociedade racista, o Movimento Negro não encontra, em algumas situações, e mesmo no interior da esquerda, respostas mais positivas às suas questões. Por outro lado, a acusação de 'racismo ao inverso' vinda de setores médios da comunidade negra e do chamado 'mundo branco' empurram o Movimento Negro à um certo tipo de isolamento. A sociedade aceita e respei

ta a existência de um movimento que denuncia a ocorrência e a prática do racismo, não chegando a hostilizá-lo ou mesmo a ele se o por. Todavia não se envolve, não polemiza e não questiona, apenas assiste indiferente a luta contra a discriminação e o preconceito raciais.

O lado inverso dessa postura é o reflexo que o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento desempenham no interior da comunidade negra. Divididos por classes e segmentos de classes, fraturados pela miscigenação que estabelece uma escala que vai dos 'mais escuros' aos 'mais claros', negros e mestiços não conseguem consenso e unidade em torno de propostas comuns. Com dificuldades para definir o campo dos aliados, seja do ponto de vista da 'raça', seja do ponto de vista dos movimentos sociais, o apoio de outros setores passa a ser visto com sérias desconfianças.

Lideranças e vanguardas capazes de intuir que a luta racial só poderá ocorrer no âmbito de um programa mais amplo, atingindo aspectos estruturais da sociedade brasileira, dos quais o racismo é um deles, se deparam do mesmo modo com as graves consequências daquelas formulações ideológicas: durante os anos 70 parece ter sido uma corrente do MNU, em sua fase inicial, a única capaz de perceber a necessidade de ampliação da luta negra para um movimento de caráter abrangente, onde o racismo viesse a ser denunciado como componente intrínseco da exploração capitalista. Ela tentou, e em certo sentido conseguiu formular propostas, sendo vencida contudo pelas profundas divergências que cercavam seus membros, pelo isolamento, pelo impacto e aceitação da Negritude.

Com seu forte poder de fascínio e penetração, ressentin

do-se de um questionamento mais abrangente dos problemas estruturais e conjunturais da sociedade brasileira, e finalmente com dificuldades para transitar nos domínios da multirraciedade, a construção da Negritude termina realizando-se nela mesma. Sua absorção pelo poder do Estado ou pelos órgãos que, em tese, sentem-se responsáveis pela manutenção das formas culturais afro-brasileiras ou pela preservação dos direitos civis dos cidadãos, se faz sem a direta participação de seus interessados.

A criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, por exemplo, termina refletindo em mais uma fratura no interior do Movimento Negro; com a ausência de programas e palavras de ordem referendados pelos diferentes setores da comunidade, o negro-cidadão, o negro-marginalizado, o negro-trabalhador, passa a ser representado e idealizado como um ser capaz de, em si mesmo, realizar-se como cidadão e como negro.

NOTAS

1. ADOTEVI, Stanislas. *Négritude et Négrologues*, Paris, Union Générale D'Éditions, 1972, p. 48.
2. Idem. op. cit., p. 49.
3. Ibidem. op. cit., pp. 114-115.
4. SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 319.
5. Idem. op. cit., p. 325.

BIBLIOGRAFIA

- ADOTEVI, Stanilas. *Négritude et Négrologues*, Paris, Union Générale D'Éditions, 1972.
- BERND, Zilá. *Négritude e Literatura na América Latina*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.
- CHAUFÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e Democracia*, São Paulo, Moderna, 1981.
- CANCLINI, Néstor García. *As Culturas Populares no Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- COHRÊA, Mariza. *A História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*, São Paulo, Vértice, 1987.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, São Paulo, Difel, s/d.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Salvador, Fator, 1983.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Difel, 1983.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Dominus, 1965, 2 volumes.
- _____. *Circuito Fechado*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____. *O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo, Difel, 1972.

- FERRARA, Miriam N. A Imprensa Negra Paulista (1915-1963), São Paulo, PFECH/USP, 1986.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Kairós, 1983.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, Rio de Janeiro, José Olympio, 2^a Edição, 1981.
- GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- HARDMAN, Francisco F. e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil, São Paulo, Global, 1982.
- HARRIS, Marwin. Raza y Trabajo en América, Buenos Aires, Ediciones Siglo Veinte, 1973.
- HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- IARINI, Octávio. As Metamorfozes do Escravo, São Paulo, Difel, 1970.
- _____. Raças e Classes Sociais no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 3^a Edição, 1987.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e Escravidão, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, Inigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser Escravo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MORIN, Edgar. O Enigma do Homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MORSE, Richard. Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970.
- MOSCOVICI, Serge. Sociedade Contra Natureza, Petrópolis, Vozes,

1975.

MOTA, Carlos Guilherme. A Ideologia da Cultura Brasileira (1933 - 1974), São Paulo, Ática, 1980.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala, São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional, São Paulo, Brasiliense, 1985.

PIERSON, Donald. Negroes in Brazil, Chicago, University of Chicago Press, 1942.

_____. Teoria e Pesquisa em Sociologia, São Paulo, Melhoramentos, 6ª Edição, s/d.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Darcy. Ensaio Insólito, Porto Alegre, L&PM, 1979.

SARTRE, Jean-Paul. Reflexões Sobre o Racismo, São Paulo, Difel, 1968.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). São Paulo: O Povo em Movimento, Petrópolis, Vozes, 1981.

SKIDMORE, Thomas H. Preto no Branco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. A Verdade Seduzida, Rio de Janeiro, Codecri, 1983.

VIOTTI, Emilia da Costa. Da Senzala à Colônia, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

JORNAIS, REVISTAS E SEMINÁRIOS

BASTOS, Élide Rugai. "Um Debate Sobre a Questão do Negro no Brasil (A Revista Anhembi e a Questão Racial)", mimeo., Comunicação apresentada no Encontro de Pesquisadores da UNESP, Araraquara, maio de 1988.

SEYFERTH, Giralda. "A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: A Tese de João Batista de Lacerda". REVISTA DO MUSEU PAULISTA, XXX, São Paulo, s/d.

HASENBALG, Carlos A. "Anotações Sobre a Classe Média no Rio de Janeiro". REVISTA DE ANTROPOLOGIA, nº 26, 1983.

FERNANDES, Florestan. "O Protesto Racial". São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, São Paulo, Abril/Junho de 1988.

_____. "O Negro e a Democracia". REVISTA HUMANIDADES, Brasília, Agosto/Outubro de 1987.

NGBOKWERE, Timothy. "As Relações Econômicas Brasil-África", Estudos Afro-Asiáticos, CADERNOS CÂNDIDO MENDES, nº 6 e 7, Rio de Janeiro, 1982.

BASTIDE, Roger. "A Imprensa Negra do Estado de São Paulo". In: Estudos Afro-Brasileiros, São Paulo, Perspectiva, 1973.

CONH, Gabriel. "Padrões e Dilemas: O Pensamento de Florestan Fernandes". In: MORAES, Reginaldo e OUTROS (orgs.). Inteligência Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1986.

MOURA, Clóvis e FERRARA, Miriam N. "A Imprensa Negra em São Paulo". Imprensa Negra, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1984.

ASESP. Seminário "Prática X Produção: Uma Reflexão Sobre os Estu-

dos da Cultura no Brasil Hoje", São Paulo, 1983.

IPEAFRO e PUC/SP. Curso "Conscientização da Cultura Afro-Brasileira", São Paulo, Agosto/Setembro de 1984.

"Nossa Catedrática em Paris". JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 04/09/1988.

"Negro tem que ir pro pau". Folhetim nº 69, FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 1978.

"Gil". Folhetim nº 20, FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 05/06/1977.

A LANTERNA. São Paulo, Maio de 1914.

JORNAIS, REVISTAS E PUBLICAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO

ÁRVORE DAS PALAVRAS, São Paulo, 1974 a 1976.

AFRO-LATINO-AMÉRICA, Jornal Versus, São Paulo, 1977 a 1979, especialmente nº 23 de Julho/Agosto de 1978.

"GAC"-SAVIA, Jornal do Grupo de Atividades Culturais da Sociedade de Amigos da Vila Iório e Adjacências, São Paulo, 1980.

GANÁ, Grupo de Divulgação da Arte e Cultura Negra de Araraquara, Araraquara, 1979 a 1980.

JORNEGRO, órgão de divulgação da Federação das Entidades Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP), São Paulo, 1979 e 1980.

JORNEGRO, órgão de divulgação do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), São Paulo, 1980 a 1981.

NÊGO, órgão informativo do MNU, Salvador, 1981.

PENSAMENTO, órgão informativo do Centro Comunitário de Cultura e Arte Negra VISSUNGO, São Paulo, 1979.

PIXAIM, publicação do Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos, 1982.

SINBA, órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, Rio de Janeiro, 1977 a 1979.

TIÇÃO, Porto Alegre, Ano I, outubro de 1980.

REVISTA DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Comissão Estadual de Imprensa e Coordenadoria Estadual do MNU, São Paulo, Março/Abril e Julho/Agosto de 1981.

REVISTA DO GRUPO NEGRO DA PUC, São Paulo, 1982.

REVISTA DO MNU, Edição Especial, São Paulo, 1981.

Resoluções do II Congresso Nacional do MNU, Belo Horizonte, Abril de 1981.

Pelo Fim da Violência Policial, panfleto, mimeo., s/d.

Resoluções do I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra, São Paulo, maio de 1981.

Violência Policial, Matou Mais Um na Bela Vista, panfleto, mimeo. MNU, Abril de 1981.

Programa de Ação do MNU, mimeo., s/d.

Programa de Ação do MNU, Belo Horizonte, Agosto de 1984.

Campanha Nacional Contra a Violência Policial, mimeo., s/d.

Uma Avaliação da Prática Política do MNU, Comissão Executiva Nacional, Rio de Janeiro, Outubro de 1981.

Documento de Linha Política para o MNU, mimeo., s/d.

Um Balanço Crítico de Nossa Atuação, mimeo., s/d.